



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GENIANA DE MACEDO SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
SENTIDOS, SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORES (AS)**

ANGICOS/RN

2024

GENIANA DE MACEDO SILVA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
SENTIDOS, SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORES (AS)**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Divoene Pereira Cruz Silva

ANGICOS/RN

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

SS586 Silva, Geniana de Macêdo.
: : A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SENTIDOS, SABERES E PRÁTICAS
DE PROFESSORES (AS) / Geniana de Macêdo Silva. -
2024.
72 f. : il.

Orientadora: Divoene Pereira Cruz Silva.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Pedagogia, 2024.

1. EJA; . 2. Educação Inclusiva; . 3. Sentidos;
. 4. Saberes; . 5. Prática de Professores.. I.
Silva, Divoene Pereira Cruz , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte
CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

GENIANA DE MACEDO SILVA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
SENTIDOS, SABERES E PRÁTICAS DE PROFESSORES (AS)

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Defendida em: 17/ 04/ 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Divoene Pereira Cruz Silva (UFERSA)
Presidente

Profa. Dra. Maria de Fátima de Lima das Chagas (UFERSA)
Membro Examinador

Profa. Dra. Juliana da Rocha e Silva (UFERSA)
Membro Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha prima Ana Talita de Macedo Silva (in memoria), um ser maravilhoso que Deus recolheu para a mansão celestial. Uma mulher forte advinda de família humilde que assim como eu tinha o sonho de se formar e assim fez. Quando estávamos na plateia aplaudindo, meu tio seu pai Expedito Pinheiro da Silva (in memoria), estava radiante de alegria, assim como meu pai ele também sonhava em ter seus filhos formados.

A mulher mais destemida deste universo, ao concluir o Ensino Superior, dedicou-se a estudar para ter sua tão sonhada estabilidade profissional e financeira. E no primeiro concurso público, lá estava ela aprovada, tornava-se funcionária do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, professora de Inglês concursada. Estava, ela naquele momento fazendo o que ela mais amava, lecionando para crianças, com zelo e dedicação, com aquela voz meiga e educada. Aos trinta três anos enfrentava um câncer agressivo (linfoma de Hodgkin), neste momento estávamos todos desestabilizados. Somos uma família humilde, no entanto, unida. Ela era naquele momento mestranda, realizaria mais um sonho, porém trancou por que iniciou a luta contra aquela horrível doença, vieram às quimioterapias e ela sempre confiante.

Quando estava tudo preparado para o transplante, aquele nódulo da coluna volta a progredir, e iniciaram as novas quimioterapias, foram dois meses de luta, uma entrada na UTI passará nove dias, naquele momento Deus concedia seu retorno, entretanto, na segunda entrada na UTI, o senhor a recolheu para as mansões celestiais.

Era dia 28 de setembro de 2023, o dia mais triste da minha vida, dia que a voz da minha prima irmã calaria para sempre, o que nos restou foram às lembranças e a saudade daquela mulher forte e valente. Obrigada prima por tudo, você estará guardada em meu coração até o nosso encontro na eternidade. Abrace a nossa vizinha Luzia Irineu e meu Tio por mim. Termina esta dedicatória em lágrimas porque só quem ama de verdade sabe a dor da partida. Te amarei, Eternamente!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a Deus, este ser especial que permitiu chegar até aqui, não foram dias fáceis, tiveram dias de choro e desespero, porém sua misericórdia me sustentou. Foi uma caminhada de fé e de muita persistência, quando surgia o cansaço dobrava meus joelhos e suplicava por misericórdia e ele me erguia de pé, com uma resistência inabalável. A ele o meu muito obrigada por não desistir deste ser pecador. Gratidão!

A meus pais José Arlindo da Silva (Jota), e a minha mãe a guerreira Ana Lúcia de Macedo Silva, quero agradecer por serem esses pais maravilhosos que mesmo diante das condições que vivíamos nunca deixaram nos faltar nada. Vocês não tiveram estudos, no entanto, sempre nos incentivaram a estudar, e levo comigo as palavras do meu velho pai. “A única riqueza do homem é o saber, este ninguém tira, por isso estude”. E assim, eu fiz, é pra vocês este diploma, porque sei que sempre sonharam em terem seus filhos formados, sei do orgulho que sentem por mim, amo vocês, é por vocês e pra vocês esta graduação;

Agradeço a minha vizinha querida Luzia Irineu de Macedo (in memoriam), por todo amor e dedicação que tinha pelos seus netos, lembro do dia que fui chamada para Pedagogia na UFERSA, você vibrou comigo esta tão sonhada graduação, meu muito obrigada;

Ao meu filho Natanailson Filho, quero dizer o quanto ele é especial em minha vida, agradeço pelas noites de sono que passou comigo, esperando-me concluir meu tão sonhado TCC, suas palavras foram de fundamental importância para a realização do mesmo. “Você vai conseguir, você é boa, você é excepcional”, obrigada minha vida;

Aos meus irmãos maravilhosos Joseano Macedo, Joseângela Macedo e Josivan Saraiva, obrigada por sonharem juntos comigo, vocês são essenciais nesta conquista, obrigada por todo apoio, e por sentirem orgulho da irmã que vocês têm, está conquista também é de vocês;

Ao meu excelentíssimo esposo, por me compreender durante este percurso formativo e assumir muitas vezes o meu papel de mãe, durante o período que trilhava nessa dura batalha, te amo, meu amor, meu muito obrigada;

As minhas queridas tias Ana Maria Macedo e Mariluce Macedo, pelo ombro amigo que sempre foi meu apoio nesta jornada formativa, sei que posso contar sempre com vocês, amor infinito;

Aos meus sobrinhos Jean Gledson Macedo, Jayanne Gledsa Macedo, David Macedo, Jeyveson Macedo e Josivan Filho, por vibrarem nessa conquista, sei do orgulho que sentem por mim, tia ama imensuravelmente vocês, vocês são meu orgulho.

A minha amiga que a universidade me presenteou Maria da Glória Januário, gratidão por não ter soltado a minha mão, e pelas palavras de incentivo que direcionava todas as vezes que as forças me faltavam. “Respire, tenha calma, você consegue, falta pouquinho.” Sem falar que é minha dupla dinâmica. Obrigada amiga;

Ao meu quarteto fantástico, Mércia Bento, Joana Guimarães, Maria Ritta Costa e Stephanie Moura, obrigada amigas maravilha, por esta união desde o início da nossa graduação até a conclusão, nós conseguimos, agora é só vitória.

Agradeço à minha Orientadora Divoene Pereira, por ser uma docente maravilhosa. Lembro da sua primeira aula em nossa turma no primeiro período na UFERSA, no bloco administrativo. A senhora pediu para que todos os discentes se apresentassem, falasse o nome e o porquê de escolherem o curso de Pedagogia. Quando chegou a minha vez, falei meu nome, e que meu maior sonho era concluir o curso de Pedagogia, que a palavra que eu tinha naquele momento era determinação. E a senhora com sua voz meiga disse: vai sim minha linda, porque nunca é tarde para realizar sonhos. E aqui estou, agradeço a paciência e compromisso que teve comigo nessa trajetória, te admiro muito, continue sendo esta docente Freiriana, com amorosidade e dialogicidade com seus discentes, como futura profissional me espelho no seu perfil de educadora. Meu muito obrigada, da Universidade para a vida. Minha honrosa Gratidão;

Agradeço a Banca Examinadora Juliana Rocha e Maria Fátima Lima por serem essas profissionais maravilhosas, que conquistam a todos com seu carisma, cada qual com uma peculiaridade diferente. Vocês foram essenciais nessa trajetória, continue sendo estas docentes dinâmicas e diferenciadas, que assim como tia Divoene aprendi a amar. Obrigada;

Agradeço às minhas colaboradoras nesta pesquisa, as entrevistadas a educadora I.M.M.A e M.B.L.A, vocês foram de fundamental importância para realização desta pesquisa e conclusão deste trabalho de Conclusão do Curso (TCC), sem vocês não seria possível. Obrigada;

Agradeço a Universidade Federal do Semi Árido - UFERSA, e aos meus queridos educadores, que foram imprescindíveis nessa trajetória, por esta resistência e persistência em formar sujeitos transformadores sociais.

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia, e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (FREIRE, 1996, p. 87).

RESUMO

A presente monografia intitulada, “A Educação de Jovens e Adultos EJA e a Educação Inclusiva: sentidos, saberes e prática de professores (as), aborda a Educação de Jovens e Adultos EJA e a Educação Inclusiva numa perspectiva de entendimento dos sentidos atribuídos, dos desafios encontrados e das possibilidades existentes na prática pedagógica de professores(as). O interesse por esta temática nasce da consciência de que há necessidade de ampliarem-se as reflexões e os diálogos nestes dois campos distintos de saberes, EJA e Educação Inclusiva. O objetivo geral consiste em compreender a prática dos professores da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva da Educação Inclusiva com vistas ao entendimento dos sentidos atribuídos, aos saberes construídos, dos desafios e das possibilidades. No tocante à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo e dialógico do tipo pesquisa de campo articulada com pesquisa bibliográfica. Para a construção dos dados na pesquisa realizamos análise documental e entrevista semiestruturada a partir de um roteiro construído com base em eixos temáticos. A fundamentação teórico-metodológica foi desenvolvida com embasamento em alguns autores como Freire (1982, 1987), LDB (1996), Ribeiro (2001), Omet (2004), Gaio e Meneghetti (2004), Ferreira (2009), Paiva (1973), dentre outros teóricos da área. Na contemporaneidade, o ingresso de pessoas com deficiência na EJA, tem se tornado frequente, e elencou-se um grande desafio, mesmo sabendo que é direito o acesso à educação das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e assegurados por inúmeros dispositivos legais, são diversos percalços que impedem a escola regular de desenvolver uma cultura inclusiva. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial constitui a proposta pedagógica da escola regular, definindo como seu público-alvo, os educandos que apresentam deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ao tratarmos da EJA no contexto Inclusivo, é apresentada a situação que se encontram os sistemas educacionais. Dentre os entraves apresentam-se dificuldades para atender as necessidades especiais dos educandos da Educação de Jovens e Adultos. A construção de uma Educação Inclusiva na EJA é um desafio, com muitas barreiras que precisam ser superadas. A escola necessita reavaliar a forma de conduzir este espaço de saberes e os serviços de apoio a estes educandos. Portanto, após tantos avanços e conquistas, continua sendo necessário lutar contra os retrocessos, pois direitos arduamente conquistados devem ser preservados. Persistindo e resistindo sem desânimo, é importante seguir estudando e pesquisando, contribuindo, assim, para a construção de uma escola e sociedade inclusivas, da ampliação do direito à educação para todos, sem discriminação, pela superação das desigualdades sociais e educacionais, pela cidadania, pela democracia e pela vida.

Palavras-chave: EJA; Educação Inclusiva; Sentidos; Saberes; Prática de Professores.

ABSTRACT

This monograph entitled, “EJA Youth and Adult Education and Inclusive Education: meanings, knowledge and teacher practice”, addresses EJA Youth and Adult Education and Inclusive Education from a perspective of understanding the meanings attributed, the challenges encountered and the possibilities existing in the pedagogical practice of teachers. The interest in this topic arises from the awareness that there is a need to expand reflections and dialogues in these two distinct fields of knowledge, EJA and Inclusive Education. The general objective is to understand the practice of Youth and Adult Education teachers from an Inclusive Education perspective with a view to understanding the meanings attributed, the knowledge constructed, the challenges and possibilities. Regarding the methodology, it is a qualitative research of an interpretative and dialogical nature, type field research articulated with bibliographical research. To construct the data in the research, we carried out documentary analysis and semi-structured interviews based on a script constructed based on thematic axes. The theoretical-methodological foundation was developed based on some authors such as Freire (1982, 1987), LDB (1996), Ribeiro (2001), Omette (2004), Gaio and Meneghetti (2004), Ferreira (2009), Paiva (1973), among other theorists in the field. In contemporary times, the entry of people with disabilities into EJA has become frequent, and a great challenge has arisen, even though we know that access to education for people with Special Educational Needs (SEN) is a right, and is ensured by numerous legal provisions. , there are several obstacles that prevent regular schools from developing an inclusive culture. From the perspective of inclusive education, special education constitutes the pedagogical proposal of regular schools, defining as its target audience students with disabilities, global developmental disorders and high abilities/giftedness. When dealing with EJA in the Inclusive context, the situation in which educational systems find themselves is presented. Among the obstacles are difficulties in meeting the special needs of Youth and Adult Education students. Building Inclusive Education at EJA is a challenge, with many barriers that need to be overcome. The school needs to reevaluate the way it conducts this space of knowledge and the support services for these students. Therefore, after so many advances and achievements, it is still necessary to fight against setbacks, as hard-won rights must be preserved. Persisting and resisting without discouragement, it is important to continue studying and researching, thus contributing to the construction of an inclusive school and society, the expansion of the right to education for all, without discrimination, the overcoming of social and educational inequalities, citizenship, for democracy and life.

Keywords: EJA; Inclusive education; Senses; Knowledge; Teacher Practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNEJA	Comissão Nacional de Educação de Adultos
CNE	Câmara de Educação Básica
CEB	Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMMO	Escola Municipal Professora Maria Odila
EI	Educação Inclusiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRAEJA	Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos
PNE	Programa Nacional de Educação
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UERN	Universidade Estadual do Rio grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal do Semi-Árido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PRESSUPOSTOS, SUJEITOS, LEGISLAÇÃO E DIREITOS.....	18
2.1	Historicidade e Políticas da Educação de Jovens e Adultos.....	18
2.2	Educação Inclusiva no Contexto da Educação de Jovens e adultos.....	23
2.3	A Importância da Formação Docente Continuada nos processos de inclusão dos estudantes da EJA.....	27
3	3 A PESQUISA: PROCEDIMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE DADOS, SUJEITOS, LÓCUS INVESTIGATIVOS.....	30
3.1	Percurso Metodológico Qualitativo.....	30
3.2	Instrumentos de Construção de Dados.....	32
3.3	As/Os Sujeitos Participantes: Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva, grupo cooperadores da pesquisa.....	35
3.4	Lócus Investigativos.....	36
4	FALAS DOS PROFESSORES E ANÁLISE DOS DADOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DOS EIXOS.....	39
4.1.1	Eixo - 01 Da Formação e atuação Profissional.....	40
4.1.2	Eixo - 02 Currículo da Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva.....	47
4.1.3	Eixo - 03 Prática Pedagógica Curricular na Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva com Ênfase em educandos com Necessidades Educacionais Especiais.....	49
4.1.4	Eixo 04 -Integração dos saberes/fazeres docentes da formação e da vivência na EJA e Educação Inclusiva.....	54

4.1.5	Eixo 05 - Da Relação Construção com Educandos com Necessidades Educacionais Especiais, Escola e suas Famílias.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
6	REFERÊNCIAS	
7	APÊNDICES A	
8	ANEXO A	

1 INTRODUÇÃO

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”. (Freire, Paulo, 1997).

A presente monografia intitulada, “A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Inclusiva: sentidos, saberes e prática de professores (as)”, aborda duas temáticas muito relevantes no âmbito da educação numa perspectiva de entendimento dos sentidos atribuídos, dos desafios encontrados e das possibilidades existentes. O interesse por esta temática nasce da consciência de que há necessidade de ampliarem-se as reflexões e os diálogos nestes dois campos distintos de saberes EJA e Educação Inclusiva.

O objetivo geral consiste em compreender a prática dos professores da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva da Educação Inclusiva com vistas ao entendimento dos sentidos atribuídos, aos saberes construídos, dos desafios e das possibilidades. Como objetivos específicos elencamos:

- a) Dialogar com professores da EJA a respeito dos sentidos atribuídos à Educação Inclusiva, das suas concepções, dos desafios encontrados no cotidiano de suas salas de aulas, quando se trata da inclusão dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais;
- b) Refletir acerca das falas dos professores quando se trata das implicações entre a EJA, a Educação Inclusiva e as práticas pedagógicas desenvolvidas;
- c) Identificar a partir das falas as metodologias e as estratégias inclusivas utilizadas pelos professores e que se aportam na perspectiva de inclusão;
- d) Entender a articulação entre os professores e famílias dos educandos da EJA e práticas pedagógicas da Educação Inclusiva.

No tocante a metodologia se trata de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo e dialógico do tipo pesquisa de campo articulada com pesquisa bibliográfica. Para a construção dos dados na pesquisa realizamos análise documental e entrevista semiestruturada a partir de um roteiro construído com base em eixos temáticos.

A fundamentação teórico-metodológica foi desenvolvida com embasamento em alguns autores como Freire (1982, 1987), LDB (1996), Ribeiro (2001), Omette (2004), Gaio E Meneghetti (2004), Ferreira (2009), Paiva (1973), dentre outros teóricos da área. Deste modo, sendo possível abordar assuntos que se referem ao contexto relacionados a temas ligados à (EJA) e inclusão, verificando desde o seu surgimento, origem histórica, onde têm acontecido várias mudanças e adequações.

As motivações para o desenvolvimento desta pesquisa se deram a partir da vivência no Estágio Supervisionado III, em EJA, durante meu percurso formativo no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Semi-Árido - UFERSA, campus Angicos/RN. Durante este período que pendurou cinco semanas, observei as inúmeras dificuldades encontradas pelos professores no lidar com os educandos com Necessidades Educacionais Especiais. Estas dificuldades são decorrentes da falta de livros didáticos, materiais adequados e falta de professores auxiliares. Foi perceptível, que as aulas se tornam cansativas e desinteressantes. O professor comprometia parte do horário da aula dando assistência a esses educandos que possuíam diferentes necessidades especiais. Esses estudantes apresentavam dificuldades tanto na escrita como na leitura.

A turma era composta por um público de faixas etárias entre 15 a 45 anos de idade. O perfil da turma era de trabalhadores rurais, informais, desempregados e mães solteiras. Muitos destes estudantes estavam no contexto escolar apenas para concluir os estudos e atender ao mercado de trabalho, outros por não ter condições financeiras e tinham as refeições garantidas. É perceptível os diversos desafios e possibilidades nesta modalidade de ensino, já que o público da EJA não se trata apenas de pessoas idosas, são educandos que têm entre 15 anos e 65 anos. São sujeitos que não acompanharam o ensino regular, outros entram precocemente no mercado de trabalho abandonando a escolarização, ingressando na EJA para atender as exigências de instruções e domínio de habilidades no mundo do trabalho. É nítido que esta modalidade concentra adultos trabalhadores e jovens que ingressaram na escola regular e, no entanto, abandonaram há algum tempo. Muitos motivados pelo ingresso no trabalho que acumularam grandes desigualdades entre idade e série cursada.

É forçoso considerar os requisitos formativos cada vez mais complexos para o exercício de uma cidadania plena, às exigências crescentes por qualificações de um mercado de trabalho excludente e seletivo e as demandas culturais peculiares a cada subgrupo etário, de gênero, étnico-racial, socioeconômico, religioso ou ocupacional. (Di Pierro, 2010, p. 70).

Este constructo monográfico apresenta a seguinte estrutura: na primeira sessão, a Introdução; na segunda sessão são apresentados os pressupostos teóricos, sujeitos, legislação e direitos que fundamentam as reflexões realizadas nesta pesquisa. Nesta seção serão abordados: historicidade e Políticas da Educação de Jovens e Adultos; na terceira sessão, expõe-se a fundamentação teórico-metodológica, lócus investigativos, procedimentos e instrumentos fundamentadores da construção de dados; na quarta seção, destinada à descrição dos

resultados obtidos por meio da construção de dados, de sua análise e de sua discussão a partir do referencial teórico adotado; por fim, as Considerações Finais, contextualizando as conclusões obtidas após análises, indicando possíveis limites da pesquisa e apontando a transcendência de outros estudos que proporciona compreender a inclusão de jovens e adultos público-alvo da Educação Especial no processo de escolarização.

Neste sentido, a pesquisa cuidará de ampliar de forma mais aprofundada o entendimento a respeito da EJA e da Educação Inclusiva que apesar de se constituírem como campos distintos do conhecimento, compartilham das mesmas dificuldades, desafios e da necessidade de políticas públicas que atendam em seus direitos individuais e coletivos aos sujeitos participantes desta modalidade.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PRESSUPOSTOS, SUJEITOS, LEGISLAÇÃO E DIREITOS.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (FREIRE, 2000, p. 67).

2.1 Historicidade e Políticas da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é um campo que envolve práticas e reflexões que imprescindivelmente excedem os limites da escolarização em sentido estrito. Envolvendo processos formativos copiosos, incluindo determinações que visam a qualificação profissional, o crescimento comunitário, a formação política emancipatória e questões culturais, sociais, econômicas pautadas em espaços não escolares.

A trajetória histórica da (EJA) no contexto brasileiro, teve seu marco principal na década de 1960, com o surgimento dos métodos do educador Paulo Freire, autores como Haddad e Di Pierro (2000), Beisiegel (2003), Galvão e Di Pierro (2013) dialogam a história da (EJA) desde o período caracterizado pela carência de Políticas Públicas no período de (1579 a meados de 1930), percorrendo o surgimento das primeiras políticas públicas (constituição Federal de 1934), pela ditadura no país, que propulsou o surgimento do Mobral e a institucionalização do ensino supletivo, até a conquista dos direitos educacionais vindos com a promulgação da Constituição de 1988 (artigo 208º) e da LDB 9496/96 (artigo 37º e 38º).

É preciso compreendermos o importante momento histórico da (EJA), discutindo brevemente a Lei Saraiva, que retirou do analfabeto o direito de votar no final do século XIX, quando o índice de analfabetismo no país era de 80% entre homens e 88,5% entre mulheres (DI PIERRO: GALVÃO, 2013, p. 45). Antes da aprovação desta lei, os proprietários rurais branco e analfabeto, podiam administrar seus bens e era dotado de poderes nas suas áreas de atuação, entretanto, em circunstância de não serem letrados, não saber ler/escrever não os proibiam de exercer e relacionar-se socialmente, posteriormente a aprovação da lei o analfabetismo passou a ser sinônimo de incapacidade. Antes o que não estava relacionado a fatores de pobreza ou à exclusão social, tornou-se uma ferramenta de exclusão.

No período colonial e no Império, a educação era exercida por religiosos, que desenvolviam práticas missionárias, e o público em sua maioria eram adultos, estas práticas impulsionam o surgimento da Educação de Adultos no Brasil, povos originários e com negros escravizados com predominância da cultura oral e do ensino da catequese. Seguidamente da saída dos jesuítas e a vinda da família real, foram desenvolvidas instituições culturais e educativas para a classe elitizada. Com a primeira Constituição em 1824, é que eclode a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, ampliando-se aos adultos, porém não saiu do papel.

O surgimento das primeiras políticas públicas para EJA, se concentraram nas décadas de 1930 e 1940, quando surgiram fatos que oportunizaram a atuação de Paulo Freire. Em meados de 1932, tenciona-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que defende a instrução pública e gratuita para crianças, jovens e adultos. Consequentemente, ergue-se a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e os afrodescendentes conseguiram o direito à alfabetização com o Teatro Experimental do Negro (1944).

A constituição de 1934 surge estabelecendo como dever do Estado a provisão do ensino primário extensivo aos jovens e adultos. Subsequentemente, em 1945, ocorreu a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário, que já reservava 25% dos repasses da União aos Estados à educação supletiva. Enfim, em 1947, criaram o Serviço de Educação de Adultos no Departamento Nacional de Educação, que tinha como comandante Lourenço Filho, iniciando a Campanha de Educação de Adolescentes, que perdurou até 1950. (Beisiegel, 2003).

Para Haddad e Di Pierro (2000, p. 111):

O Estado brasileiro, a partir de 1940, aumentou suas contribuições e responsabilidades na educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação

fragmentada, localizada e ineficaz durante todo o período colonial e a Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégicas em todo o território nacional.

Neste sentido, preparou-se um cenário político fértil, para que na década de 1960, o ideário de Paulo Freire eclodisse com o surgimento do Movimento de Cultura Popular (MCP) no Recife e a experiência de Alfabetização em Angicos em 1963. A partir daí ele passou a compor a equipe do Presidente João Goulart. Algumas idealizações passaram a ser elencadas, como a Educação como prática da liberdade (FREIRE, 1967) e Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1970).

A experiência de Paulo Freire com a “Alfabetização de Jovens e Adultos”, no Município de Angicos, localizado na região central do Rio Grande do Norte, terra do Pico do Cabugi, é um importantíssimo acontecimento memorável, comemorado e lembrado em todo país. Conhecido por seu método transformador, acumulou compreensão crítica a da realidade, em especial, da educação. Nesta perspectiva, impulsionava uma postura sobre a possibilidade de transformação do mundo, proporcionando autonomia a cada ser humano sobre sua história e a história social em que estão inseridos.

As 40 horas de Angicos, a experiência de alfabetização de adultos, sobre orientação, coordenação e supervisão do educador Paulo Freire, foi um marco inédito no Brasil. O resultado foi cerca de 300 angicanos alfabetizados, em meados de 1963, o educador Freire, elencou um projeto que tinha uma meta ousada: alfabetizar adultos em 40 horas, e um dos seus métodos que ficaram conhecidos foram os temas geradores, na citação abaixo, Freire fala sobre a importância do diálogo na construção do conhecimento., valorizando sempre os saberes prévios dos educandos.

Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros ‘isto’, em quem não reconheço outros eu? Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são ‘essa gente’, ou são ‘nativos inferiores’? Como posso dialogar se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar? Como posso dialogar, se me fecho à contribuição dos outros, que jamais reconheço, e até me sinto ofendido com ela? Como posso dialogar se temo a superação e se, só em pensar nela, sofro de definho? A autossuficiência é incompatível com o diálogo. (FREIRE, 1986, p. 80).

O decreto nº 53.465 de 21 de Janeiro de 1964, consagrou o “Sistema Paulo Freire para alfabetizar em tempo rápido”, este programa tinha o intuito de alfabetizar cinco milhões de

pessoas em um ano, para preparar as eleições de 1964-1965, deste modo, foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização.

O Mec em 1964 designou Paulo Freire para compor a Comissão Especial do programa Nacional de Alfabetização sob a portaria de nº 92 de 16 de março, no entanto, não teve tempo de desenvolver seu conhecimento, pois o decreto 53.886 de 14 de Abril daquele mesmo ano extinguiu o programa e o grande educador foi preso e exilado. Surgiram os tempos de “Lume quase apagado, vivenciamos a ditadura militar:

Devido à repressão a todas as formas de dissidência políticas, os movimentos de educação e cultura são extintos, e o governo Federal cria o Mobral em 1967 (embora só inicie suas atividades em 1969), que funcionava com uma estrutura paralela e autônoma em relação ao Ministério da Educação, com força e mais recursos (Di Pierro: Galvão, 2013, p.48).

O Mobral foi implantado e era composto por quatro programas: Alfabetização Funcional, Educação Integrada, Mobral Cultural e o de Profissionalização. Para os autores Biccas e Freitas (2009, p. 249), esse era um “instrumento próprio da ditadura, imposto, implantado e estruturado em todo o país sem consulta à sociedade em sua proposição e estratégias de planejamento.”

Di Pierro e Galvão (2013, p. 259-260) afirmam que:

Os compromissos ideológicos do Mobral podem ser percebidos tanto nas orientações metodológicas, quanto nos materiais didáticos, produzidos, falseando e esvaziando a densidade dos procedimentos que, reconhecidamente, fundamentaram as experiências educacionais dirigidas aos jovens e adultos na década de 1960. Chama atenção a ausência de qualquer possibilidade de problematizar e questionar a realidade.

Em 1979, com abertura política, Paulo Freire retornou ao Brasil. No dia 15 de Maio de 1985, foi promulgada uma Emenda Constitucional assegurando o direito ao voto aos analfabetos, o mobral chegou ao fim e, sob o Decreto nº 91.980 de novembro, foi criada a Fundação Educar, objetivando executar programas de alfabetização e de educação básica não formais para aqueles que não tiveram acesso à escola em função do empobrecimento. A constituição de 1988 assegurou o direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental e assumiu o compromisso com a extinção do analfabetismo. Na compreensão dos autores Di Pierro e Haddad (2015, p. 199), “a realização desses direitos foi limitada pelas políticas de ajustes macroeconômicos e redefinição do Estado”.

O governo Collor de Mello em 1990, extinguiu a Fundação Educar e criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), com recursos liberados para instituições e empresas que não tinha comprometimento com programas de alfabetização:

O PNAC se propôs a promover e mobilizar ações de alfabetização através de comissões municipais, estaduais e nacional envolvendo os diversos setores interessados das esferas públicas e da sociedade civil em geral. Enquanto as comissões se mobilizaram, o governo federal assinava convênios repassando fundos mediante critérios clientelistas e sem controle destas comissões, tanto do volume de recursos, quanto do número de projetos e a quem se destinavam (Haddad, 1994, P. 97).

Com o impeachment do presidente Collor de Mello em 1994, o presidente Itamar Franco elaborou o Plano Decenal de Educação, criando a Comissão Nacional de Educação de Adultos (CNEJA). O governo de Fernando Henrique Cardoso foi vilão da EJA, promovendo uma reforma que descentralizou e focou-se nos recursos no ensino fundamental de crianças e adolescentes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, reafirmou o direito público subjetivo dos jovens, adultos e idosos ao estudo, com responsabilidade compartilhada entre Estados e Municípios em ofertar a garantia e direito à educação, a União sendo responsável por coordenar e colaborar supletivamente.

Mediante a abordagem dialógica dos autores citados, é nítido que a EJA, caracteriza-se pelo caráter reparador, por apresentar o público-alvo dessa modalidade de ensino jovens e adultos que por diversos motivos, estiveram privados de concluir a educação básica no período adequado. Arroyo (2017, p. 26), disserta o paralelo entre a escolarização tardia e o direito a uma vida justa. Neste sentido, ele afirma que:

Este é o lugar da EJA nas hierarquias escolares: a última porta de emergência no hierárquico percurso escolar a transportar esperanças do último ônibus. Da última viagem? Nunca foi fácil, nessa última viagem, reverter as hierarquias escolares, muito menos as hierarquias sociais, raciais, sexuais de que os adolescentes, jovens e adultos são vítimas históricas.

Os dispositivos de direitos supracitados e os documentos internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para todos, aprovada em Jomtien (1990), e a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos (1997) estão intrinsecamente interligados, dialogando, discutindo e garantindo o acesso à educação para Jovens e adultos, é sabido, que milhares de cidadãos brasileiros permanecem fora do sistema educacional. De acordo com o

Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), 5,6% da população do país com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever em 2022. No tocante uma estimativa de 9,6 milhões de pessoas.

A resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e adultos, conscientiza que a (EJA), exprime uma dívida social não reparada com os que não tiveram acesso à educação, nem domínio da escrita e da leitura como bens sociais. O documento ainda argumenta que ser privado deste acesso é a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social e contemporânea.

A educação no Brasil, seguindo a LDB nº 9.394/96, não é uma mera transmissão de conhecimentos e informações, é uma atividade social, um processo que se caracteriza como atividade mediadora. Neste sentido, se faz necessário reavaliar a identidade e tradição da educação de jovens e adultos, os conteúdos preparados para a formação são influenciados pelos ideários da modernidade que estão sendo desenvolvidos por diferentes pensamentos sociais e contemporâneos.

A Educação de Jovens e Adultos inspira-se no paradigma popular de Paulo Freire que acredita em uma educação politizadora, crítica e reflexiva. Esta modalidade de ensino atende pessoas que estão em situação de exclusão, marginalizados, subalternizados, tiveram os seus direitos violados.

Ela é em sua essência um ato político. Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância entre as pessoas com relação aos modos de vida individuais e sociais, com relação ao estilo político a ser posto em prática aos valores que devem ser encarnados. (Freire, 1996, p. 26).

Em suma, para se garantir uma Educação de Jovens e Adultos EJA de qualidade necessita-se da articulação entre o tripé: as instituições educadoras, a família, e a sociedade. É perceptível que a EJA, é parceira do desenvolvimento voltado para o intelectual, a democracia, a justiça, a igualdade de gênero, e o engrandecimento socioeconômico e científico. Atuando na construção de uma sociedade inclusiva, trabalhando a concepção de diversidade, proporcionando condições plena para garantir uma atuação na sociedade.

2.2 Educação Inclusiva no Contexto da Educação de Jovens e adultos

“A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) infere que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma

espécie de discriminação. (Artigo 4º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

A educação Inclusiva no contexto da EJA, é compreendida como uma concepção educacional que aglutina um pensar e fazer diversificado no sistema de ensino, objetivando agregar os saberes sistematizados e acumulados no percorrer da historicidade, estendendo-se a sociedade, propiciando aos sujeitos autonomia do pensamento. Para Omete (2004b, p. 299), “a busca pela inclusão sempre fez parte da história da humanidade, entretanto, por volta dos anos 90, a construção da sociedade inclusiva transformou-se “em um imperativo”, intensificado pelos defensores dos direitos humanos”.

Para que aconteça uma inclusão que possibilite um excelente desempenho dos educandos, é preciso uma política de valorização, que seja analisada as situações, as vivências, possibilitando ao educando pertencimento ao âmbito escolar e ao contexto educacional. Gaio e Meneghetti (2004, p. 80) afirmam que “a inclusão escolar é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de alunos com e sem deficiência”. Deste modo a Educação Inclusiva e a Educação de Jovens e Adultos EJA, também busca garantir ao seu público uma educação que possibilite uma inclusão nas vertentes sociais, visto que é exatamente nessa modalidade de ensino que recebemos um grande número de pessoas excluídas socialmente, marginalizadas, que não tiveram acesso à educação em idade adequada e que buscam no âmbito escolar uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida, igualdade social e ascensão profissional.

Para isso, a EJA, com suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, explicitadas no Parecer CNE no 11/2000, coloca-se como um caminho para reparar essa dívida social, que faz parte da nossa história e da vida de tantos indivíduos. A LDBEN, Lei no 9.394/96, garante, no capítulo V, a oferta dessa modalidade de educação escolar na rede regular de ensino para os educandos com necessidades especiais. Já o Decreto no 3.298/99 define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Enquanto isso, a Resolução no 02/2001, no artigo 2º, estabelece:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

Ao analisarmos a modalidade de ensino EJA, veremos que a inclusão é um tema novo para muitos professores e para a sociedade, e a literatura direcionada para este fator ainda apresenta muitas incógnitas, que torna relevante e oportuno nacionalmente, o contexto de construção do cenário educacional atual de escolas inclusivas, se torna favorável à exclusão. Conforme Ferreira (2009, p. 35), “EJA e deficiência são áreas cujos beneficiários são membros de grupos sociais com vulnerabilidade, por essa razão, é urgente e necessário que esse tema seja incluído na agenda das políticas públicas”.

A procura por matrícula na EJA, aumentou consideravelmente nos últimos anos, deste modo, se faz necessário refletir sobre os desafios presentes na inclusão desses educandos, já que devemos levar em consideração o perfil da população a ser atendida, as escolas inclusivas devem abordar uma metodologia diversificada, flexível e colaborativa, saindo do tradicionalismo, adequando-se a uma educação de qualidade, em uma perspectiva de acesso ao currículo social dentro da sala de aula.

Na contemporaneidade, o ingresso de pessoas com deficiência na EJA, tem se tornado frequente, e elencou-se um grande desafio, mesmo sabendo que é direito o acesso à educação das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), e assegurados por inúmeros dispositivos legais, são diversos percalços que impedem a escola regular de desenvolver uma cultura inclusiva:

Assim, sendo considerado como um método mais adequado para a compreensão da realidade social da cultura de inclusão na EJA; e o método fenomenológico, por meio do resgate dos significados atribuídos pelos sujeitos, com o fito de descrever a situação da percepção dos docentes sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais na EJA. (Gil, 2008, p. 9).

Partindo do princípio de que a escola é um lócus de receptividade das diferenças, os educandos com deficiências são apresentados como um desafio. Exigindo assim uma postura escolar atrelada à aceitação da cultura do multiculturalismo sem neutralizar ou silenciá-la. A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 28, aponta que “incumbe ao poder público assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como a aprendizagem ao longo de toda vida”.

Esta é a realidade da educação brasileira, muitos jovens entram na escola e que, por diferentes motivos são excluídos tornando-se público da EJA. Os filhos de pais escolarizados são propícios a terem maior chance de serem escolarizados e progredir nos estudos. Outro ponto importante que devemos pontuar no ensino da EJA, são estudantes que apresentam necessidades especiais de aprendizagem, adolescentes, adultos e idosos que têm diagnóstico de distúrbios mentais como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno

do espectro autista (TEA), problemas motores, dentre outros. Estes professores precisam de auxiliares, entretanto, muitos driblam estas dificuldades dentro do contexto escolar, mas é visível que atrasa o conteúdo programado por esses profissionais e dificulta o aprendizado destes educandos. Os recursos advindos do governo federal para atender esta modalidade são limitados, dificultando a oferta de materiais didáticos e professores auxiliares.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial constitui a proposta pedagógica da escola regular, definindo como seu público-alvo, os educandos que apresentam deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Estas deficiências e outros transtornos, que tem implicações funcionais específicas, a educação especial atuará de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais desses educandos.

O ensino dessas escolas de educação especial deve subsidiar aos educandos quanto às suas necessidades de aprendizagens. Identificando as necessidades dos educandos, atentando para a elaboração e organização dos recursos pedagógicos e fatores relacionados à acessibilidade. Para que as barreiras sejam superadas, possibilitando aos educandos da EJA e da Educação Inclusiva ter plena participação nas atividades educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei no 9.394/96 em seu artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atendê-los em suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Inclui ainda dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (art.37).

Os professores atuantes na EJA e educação inclusiva, precisam de conhecimentos e educação continuada, para o exercício da docência e conhecimentos

específicos nessa modalidade, advindos de sua formação inicial e continuada. Formação que deve possibilitar a sua atuação no atendimento educacional especializado (AEE), deve perscrutar o caráter interativo e integrado. O conhecimento destes profissionais deve contemplar gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parcerias com outras instituições.

O crescimento exorbitante das matrículas da população de educandos com deficiência intelectual no sistema regular - modalidade EJA, é perceptível, no entanto, que não é bem-sucedido. O número de evasão escolar é gritante, é importante elencar que o contexto de educação especial, compreende a realidade dos indivíduos que apresentam deficiências e que fazem parte do sistema educacional brasileiro.

Na visão de Freire, “o combate à evasão escolar, implica na mudança de perspectivas de ensino pautadas nas abordagens tradicionalista, verbalista ou bancário.” (Freire, 1982, 1987), para àquelas abordagens que respeitem as diversificadas diferenças, “reconhecendo nelas a oportunidade de aprendizagem de todos”.

Podemos citar um marco importante para educação especial, a Conferência de Salamanca, na Espanha, em 1994, que intencionou fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

É visível que para adquirirmos uma educação inclusiva de qualidade na EJA, não dependem apenas de decretos e força de vontade de uma minoria, entretanto, é necessário transformações que perpassa os interesses individuais, próprios da antropologia, para interesses coletivos, que prepara para a vida social. Deste modo, só aconteceram mudanças na educação inclusiva através de ações coletivas, que viabilizem uma educação de qualidade e transformadora.

2.3 A Importância da Formação Docente Continuada nos processos de inclusão dos estudantes da EJA

[...] um dos programas prioritários em que estou profundamente empenhado é o de formação permanente dos educadores, por entender que os educadores necessitam de uma prática político-pedagógica séria e competente que responda à nova fisionomia da escola que se busca construir (FREIRE, 2001, p. 80).

No Brasil, historicamente a Educação de Jovens e Adultos sempre foi vista pelo viés de uma prática fragmentada, para complementar programas. Esta realidade deve-se em parte à não oferta de formação continuada para seus docentes em ambos os campos, da Educação Inclusiva e da EJA. Para os professores da EJA que trabalham com a Educação Inclusiva não são proporcionados espaços formativos coletivos que propiciem a reflexão e o diálogo conjuntos, que lhes auxiliem na prática cotidiana com os estudantes que apresentam Necessidades Educacionais Especiais. Desta maneira, a estes professores são duplamente negados direitos formativos, e, por conseguinte, apoio ao seu fazer docente.

A dimensão política e social da inclusão dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, precisa fazer parte das discussões no contexto escolar, atraindo o interesse e despertando a criticidade de jovens e dos adultos, trabalhadores ou não, participando ativamente do contexto social e cultural. É sabido que a formação inicial, a formação acadêmica de graduação do docente para encarregar-se de assistir as especificidades da EJA é incipiente. Segundo Arbache (2001, p. 45) a formação do professor de EJA deve ter um enfoque específico no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação e atendimento a esse grupo tão heterogêneo de educandos. Respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que congregam classe, raça, saber e linguagem dos alunos, honrando a sua historicidade.

A inclusão escolar tem amparo legal, no entanto, ainda apresenta preocupações quanto aos professores em função da complexidade das situações por eles enfrentadas no cotidiano no contexto escolar, acerca do assentimento ao educando com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), que necessitam para além de seus direitos assegurados, qualidade nos serviços ofertados, respeitando as especificidades de suas necessidades, explicitando suas potencialidades.

Podemos pontuar que os grandes desafios estão na inserção dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação de Jovens e Adultos EJA. Ao matriculasse na modalidade, este educando poderá se deparar com situações que dificultam seu acesso, tais como: falta de rampas para acessibilidade, escassez de materiais de apoio pedagógico, mobiliários (carteiras e cadeiras inadequadas), comunicação e professores aprensivos. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 137).

Sabendo-se que a educação é de suma importância na vida das pessoas, é importante também compreender que existem pessoas privadas dessa oportunidade, em virtude de

apresentarem Necessidades Educacionais Especiais, o que torna obrigatório a garantia dos direitos deste público. Esta garantia das condições de oferta de educação para todos está igualmente condicionada a formação continuada dos professores que são importantes agentes transformadores e formadores deste público especialíssimo.

Educar é muito mais que aglutinar alunos em sala de aula e transmitir assuntos prontos, é papel do professor, particularmente do professor da EJA inclusiva, ouvir, dialogar, compreender, interagir melhor com os educandos e sua realidade cotidiana. Contribui para o crescimento pessoal e profissional, os professores atuarão como mediadores auxiliando de maneira efetiva o processo de reingresso dos alunos.

ZABALA (1998), afirma:

É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação. (Zabala, 1998, p. 29).

O fazer pedagógico do professor faz toda a diferença na Educação Inclusiva e, deve estar interligado a preocupações com o aprendizado dos educandos que inclui a formação crítica.

A maioria dos estudos sobre Educação de Adultos têm colocado, entre suas prioridades, a necessidade de formação de professores para educação tão peculiar. A inexistência de estudos sobre jovens e adultos nos cursos de formação de professores, seja em nível de 2º ou 3º graus, tem sido colocada com frequência. As próprias Faculdades de Educação começam a se dar conta nos últimos anos que seus currículos não contemplam estudos sobre a problemática do analfabetismo ou da educação de jovens e adultos, tratada, muitas vezes, como matéria espúria, com seu desenvolvimento caracterizado por descontinuidades ou como tarefa de perspectiva assistencialista ou filantrópica, e não na perspectiva de um direito de cidadania. (PICONEZ, 1995, p.37).

Pensar na formação continuada de professores para atender o público da EJA no contexto da Educação Inclusiva, se faz necessário. Quanto mais professores formados numa perspectiva crítica mais possibilidades de autonomia por parte dos educandos. Esta autonomia na EJA implica igualmente na formação profissional das pessoas jovens e adultas. O professor precisa

ter sensibilidade para entender as dificuldades enfrentadas nesta modalidade e articular em sua prática a formação emancipatória dos sujeitos, que prevê a preparação para os desafios do mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p. 137).

A educação é de suma importância na vida das pessoas, assume um papel fundamental para formação do ser humano no contexto social, entretanto, existem pessoas privadas dessa oportunidade, dentre essas pessoas podemos citar, as que apresentam necessidades educacionais especiais, que estão às margens da sociedade.

O trajeto da organização de um sistema educacional inclusivo deve seguir o princípio da igualdade na diferença. A partir deste entendimento não há como dialogar a igualdade desconsiderando-se as questões da diversidade e nem há como abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade.

Nesta perspectiva, se faz necessário que o educador participe e tenha acesso a formação continuada na EJA com enfoque na educação inclusiva para poder ocorrer uma relação dialógica com os educandos, compreendendo os seus anseios. Os conteúdos que exigem domínio por parte do educador, concentram-se nos saberes construídos na formação docente, nas vivências sociais e no exercício da própria prática.

Freire (2006, p. 62) entende que o ato de ensinar é uma característica humana, que exige segurança no ato didático e competência profissional. É expressivo que o educador seja respeitado no exercício de sua função, sendo disponibilizado para esta formação continuada na EJA e Educação Inclusiva, formações que esteja ligadas com sua prática compreendendo o ato de ensinar como compromisso social na construção da autonomia dos educandos.

3 A PESQUISA: PROCEDIMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE DADOS, SUJEITOS, LÓCUS INVESTIGATIVOS

3.1 – Percurso Metodológico Qualitativo

[...] o estudo “qualitativo” ou “naturalístico” encerra um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda a sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece

elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade. (ANDRÉ, 1986, p.23/4)

Neste capítulo, elencamos o percurso metodológico da pesquisa selecionada para realização do estudo investigativo, de cunho qualitativo. Godoy (2000, p. 57 e 63), destaca que “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Para reflexão e dialogicidade no percurso teórico-metodológico tivemos como ferramentas: (análise de dados documentais e entrevistas semiestruturadas). São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de procedimentos que garantam fidedignidade na construção de dados, Segundo Gil (2008):

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade. (GIL, 2008, p. 28).

Este tipo de pesquisa é bastante eficaz pelo fato de investigar a real situação da educação ofertada aos discentes das escolas públicas, e analisa a formação dos professores e o seu fazer pedagógico. Como citado anteriormente, optou-se por aplicar uma entrevista aos professores participantes da pesquisa.

Como procedimento da construção de dados fez-se uso da entrevista semiestruturada, a qual orientada por eixos temáticos dialogou com os professores da Educação de Jovens e Adultos das escolas: Escola Municipal Maria Odila, Ensino Fundamental e EJA rede Municipal e Escola Estadual José Rufino, Ensino Fundamental e EJA rede Estadual. Informações referentes à formação e prática profissional de professores que atuam na rede municipal e estadual de ensino, atuantes na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), seus desafios e necessidades, quais as potencialidades e particularidades dos

sujeitos da EJA, em especial os que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Para a construção dos dados na pesquisa foram utilizados dois procedimentos: análise documental e entrevista semiestruturada desenvolvida a partir de um roteiro com eixos específicos relacionados aos objetivos do trabalho.

3.2 - Instrumentos de Construção de Dados

O diálogo é encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (FREIRE, 1980, P.43).

a). Pesquisa Documental

Buscando compreender a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Inclusiva nas redes públicas, se fez necessário, analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições cooperadoras, para levantamento de informações com o intuito de conhecer o funcionamento dos projetos pedagógicos dessas escolas.

Na óptica de Brzezinski, (2001, p. 76)

O projeto político-pedagógico-curricular, como expressão concreta do trabalho coletivo na escola, por um lado, é um elemento mediador entre a cultura interna à escola e a cultura externa do sistema de ensino e da sociedade, na conquista da autonomia da organização escolar e, por outro, poderá tornar-se instrumento viabilizador da construção da escola reflexiva e emancipadora. É importante afirmar que a construção desse projeto na escola só tem significados quando resultante de um trabalho interdisciplinar, transdisciplinar e coletivo, com base em relações democráticas, em gestão participativa e colegiada e na produção do conhecimento, referenciada na pesquisa-ação.

A aplicabilidade de análise investigativa em documentos durante a pesquisa, precisam ser apreciados e valorizados. A magnificência de informações que delas podemos extrair e resgatar são fundamentais em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, possibilitando incorporar o aprendizado e informações que são essenciais para compreensão das políticas públicas necessárias à contextualização histórica e sociocultural. Como exemplo, podemos referir a reconstrução de uma história vivida.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Na análise documental, recomenda-se levar em consideração a natureza do texto, ou seu suporte, antes de dissuadir conclusões. Efetivamente a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. Cellard (2008, p. 302), especifica para contribuir na compreensão dessa dimensão: “é o caso, entre outros, de documentos de natureza teológica, médica, ou jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção”.

Nesta fase de análise dos documentos, propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve elucidar, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004, p. 68) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido.

Durante a análise do Projeto Político Pedagógico dos lócus, fica evidente que não existem propostas político pedagógicas relativas à Educação Inclusiva na Educação de Jovens e Adultos. Neste viés, é possível observar que subsistem incontáveis espaços, no que concerne aos direitos da Educação Inclusiva na EJA. Diante desta problemática, é preciso dialogar com os docentes, para que seja possível que na construção e reformulação do novo PPP, esteja presente pontos primordiais, que venham contemplar a Educação inclusiva nesta modalidade, visto que cabe a sociedade preparar-se para lidar com as diversidades humanas, pois a limitação de uma pessoa não diminui seus direitos.

Dentro desta perspectiva a análise documental pretendeu averiguar as lacunas existentes no documento, as quais perpassam o indivíduo e o processo de conhecimento, detectando o panorama a respeito das necessidades e dificuldades de aprendizagem. São inúmeras particularidades desses sujeitos: características de desenvolvimento e compreensão sobre os processos cognitivos, neurológicos, afetivos, sociais, culturais, psicomotores, dentre outros.

b). Entrevista Semiestruturada

Em relação ao procedimento para realização da construção de dados, a pesquisa teve como uma das ferramentas a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas, deste modo, os professores responderam a entrevista semiestruturada com clareza e aprofundamento, foram utilizados eixos norteadores que estão presentes em nossos objetivos, que é dialogar, refletir, identificar e entender, fundamentando as perguntas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva.

Conforme afirma Pádua (1997, p. 64-65):

A entrevista é um procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

As questões foram elaboradas com o propósito de dialogar com os sujeitos professores, a entrevista semiestruturada, aporta 05 eixos:

- a). Eixo 01 - Da formação e atuação profissional;
- b). Eixo 02 - Currículo da educação de jovens e adultos e educação inclusiva;
- c). Eixo 03 - Práticas pedagógica curricular na educação de jovens e adultos e na educação inclusiva com ênfase em educandos com Necessidades Educacionais Especiais;
- d). Eixo 04 - Integração dos saberes/fazeres docentes da formação e da vivência na EJA e Educação Inclusiva;
- e). Eixo 05 - Da relação construída com educandos com Necessidades Educacionais Especiais.

Através das entrevistas semiestruturadas, compreendemos as dificuldades enfrentadas pelos professores para oferecer educação de qualidade aos educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais. Por isso, a importância da formação continuada. É visível que o educador é o mediador desse processo de aprendizagem, o qual deve usar precisa ter um olhar voltado para metodologias de ensino que possibilite ao educando ampliar seus saberes, atendendo seus anseios e necessidades no mundo globalizado.

Ludke e André (1996, p. 34) ressaltam que:

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de alcance mais superficial, como o questionário.

Diante do processo de inclusão, com a realização da pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo, é perceptível que se faz necessário uma mudança no contexto educacional, começando pela formação dos envolvidos nesse processo, por apresentarem inúmeras dificuldades para trabalhar a inclusão como também vivenciar esta experiência na prática.

3.3 - Sujeitos Participantes da pesquisa: duas professoras da rede pública de ensino

Participaram de nossa pesquisa respondendo a entrevista semiestruturada duas professoras colaboradoras que atuam na rede pública de ensino de Angicos/RN e que trabalham na EJA na perspectiva da inclusão. A primeira professora entrevistada foi a professora seletista da rede Estadual a senhora I.M.M.A, gênero feminino, com mais de 55 anos, leciona há mais de 20 anos, licenciada em Pedagogia em 2023, especializada em Psicopedagogia Clínica Educacional.

A segunda entrevistada é a professora efetiva nas redes Municipal e Estadual a senhora M.B.L.A, gênero feminino, com 55 anos, leciona há mais de 30 anos, licenciada em Letras - habilitação em Língua Português, Inglesas e suas respectivas literaturas (1990 - UERN/Campus Assú), Letras – Habilitação em Língua Espanhola e suas respectivas literaturas (2014– UERN/Campus Assú), a educadora tem duas especializações. A primeira especialização é em Ensino de língua Portuguesa (2005 – UERN/Campus Assú), a segunda especialização em Gestão Escolar (2016 – UFRN), e tem mestrado profissional em Letras – PROFLETRAS (2024 – UERN/Campus Assú). Ambas educadoras não possuem pós- graduação em Educação Inclusiva.

A entrevista tem sido utilizada como ferramenta fundamental na construção de análises sobre diversos contextos educacionais, auxiliando os pesquisadores em suas investigações, inquietações e indagações acerca de relativas especulações com objetos de pesquisas, neste sentido, Pinheiro (2011), afirma que:

O texto construído durante as entrevistas é um ato social e interativo que permite até certo ponto compreender a realidade em que vive sujeito; é o ponto de partida para a mediação com seus valores morais e sua ação no coletivo (PINHEIRO, 2011, p.132)

Na construção da entrevista, utilizamos os eixos temáticos norteadores que respaldam as discussões, reflexões, questões relevantes. Um diálogo, emancipatório pautado na dialogicidade Freiriana, respeitando o espaço democrático, construindo resultados influenciadores na pesquisa, este espaço cooperativo de diálogo e reflexões foram construídos em dois encontros. “O processo reflexivo consiste justamente na possibilidade dos professores, em formação, poderem repensar e modificar seus objetivos a partir de discussões sobre o seu ensino” (IBIAPINA, 2004, p.103).

Esta vivência permite aos sujeitos participantes e investigador um espaço dialógico de voz e vez, partilhando seus anseios, dificuldades, sonhos e esperança. Já que se trata de professores que são fundamentais nesta modalidade de ensino.

3.4 - Lócus Investigativo

A pesquisa realizou-se em duas escolas da cidade de Angicos/RN, a Escola Municipal Professora Maria Odila e a Escola Estadual José Rufino. A Escola Municipal Professora Maria Odila Angicos/RN, localizada a Rua 24 de Outubro, nº 278, Bairro Alto da Esperança foi inaugurada no dia 10 de maio de 1974 aprovada através do Ato de Autorização no 135/75 de 10/05/75 sob portaria de nº 380/80 de 20/08/80. Os princípios norteadores do Projeto Político-Pedagógico, conforme Veiga (2006) são: igualdade de condições para acesso e permanência na escola; qualidade; gestão democrática; liberdade; e valorização do magistério. Sendo assim enfatizamos que, a igualdade de oportunidades requer mais que a expansão quantitativa de ofertas, é a ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade.

A Escola Municipal Professora Maria Odila vem desenvolvendo um trabalho excelente e diferenciado no turno noturno, no qual oferece a Educação para Jovens e Adultos que por motivos diversos não conseguiram estudar no ensino regular. Desde a flexibilidade no horário da refeição a atividades lúdicas apropriadas para clientela, assim como formação continuada para os professores, haja vista a necessidade de uma análise mais aguçada e debatida nesta área.

Santos (1997 p. 12) afirma que:

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem. O desenvolvimento pessoal, social, e cultural colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado inferior fértil, facilita os processos de socialização e comunicação do documento.

Para Educação de Jovens e Adultos (EJA), a escola conta com Projeto de Extensão coordenado pela Professora Dr^a Divoene Pereira Cruz intitulado: Currículo e Pesquisa na Educação de Jovens e Adultos: os sujeitos e suas vidas nas propostas pedagógicas. O projeto de extensão mencionado faz parte das ações desenvolvidas pelo grupo de Pesquisa e Extensão Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos (PRAEJA), e trata do currículo e pesquisa a Educação de Jovens e Adultos: os sujeitos e suas vidas nas propostas pedagógicas, e busca compreender a relação entre as propostas curriculares oficiais nacionais e locais da EJA e os referenciais curriculares adotados pelas escolas participantes do projeto.

No Projeto Político Pedagógico da EMMO, está inscrito o projeto de extensão mencionado do qual faço parte como bolsista voluntária, e tem como coordenadora a orientadora deste trabalho.

As Política de Educação para EJA desenvolvida pela EMMO, objetivam incentivar o desenvolvimento de vivências de pesquisa na EJA, a partir da formação de professores nos contextos educacionais, a participação na reflexão conjunta acerca da organização curricular da EJA e das contradições existentes nos documentos referenciais oficiais e propostas pedagógicas adotadas pelas escolas inseridas neste projeto de extensão, promover reuniões e encontros reflexivos com professores da EJA com vistas ao repensar dos documentos referenciais, PPP e Proposta Curricular da EJA, desenvolver minicursos e oficinas a respeito da prática pedagógica na educação de jovens e adultos e de como estas práticas se articulam no currículo, acompanhar e assessorar as escolas inseridas no projeto na reformulação dos documentos da EJA, PPP e Proposta Pedagógica com vistas à garantia da identidade e dos direitos individuais e coletivos dos sujeitos jovens e adultos.

Na análise do PPP, foi possível perceber que a Escola Municipal Professora Maria Odila vem acompanhando essa nova Política Nacional de Educação Inclusiva, onde os alunos que apresentam laudo de alguma deficiência especial, além de serem matriculados no ensino regular tem o complemento na formação em horário inverso na sala de AEE com o acompanhamento de um profissional da área de Educação Especial. O objetivo deste atendimento é identificar habilidades e necessidades dos estudantes, organizar recursos de

acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam seu acesso ao currículo. No entanto, é perceptível que o atendimento ofertado a educação inclusiva é direcionado aos educandos do ensino regular, isso mostra que a modalidade da EJA, não é contemplada neste atendimento especializado que é o AEE.

O outro locus de pesquisa é a Escola Estadual José Rufino, localizada na Avenida Georgino Avelino, nº110, centro, foi criada no município de Angicos através do decreto nº 258 de 11 de dezembro de 1911, no qual “É criado na vila de Angicos um Grupo Escolar denominado José Rufino, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911). Logo, nossa instituição se localizava no centro da cidade e foi inaugurada no dia 02 de março de 1912, sob o nome de Escola Isolada José Rufino, funcionando de início, no prédio da *Usina de Luz Municipal*, construído pela administração de Miguel Rufino Pinheiro.

De acordo com o PPP da escola, nos anos de 1962 e 1963, o Grupo Escolar José Rufino foi palco da mais importante experiência de alfabetização crítica denominada “As 40 horas de Angicos”, coordenada pelo mestre Paulo Freire, onde eram utilizadas palavras que faziam parte do universo vocabular dos alfabetizados, com o objetivo de fazer com que o processo de captação do significado e da estrutura fonética das palavras fosse mais acelerado. O então governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, tomando conhecimento do trabalho desenvolvido pelo professor Paulo Freire em Pernambuco o convida para realizar essa experiência que considerou eficiente e eficaz em nosso estado, que ficou conhecida internacionalmente como as 40 horas de Angicos. Este trabalho, realizado na década de 60, contava com a participação de 15 universitários que conheceram a comunidade e o seu vocabulário e a partir daí planejaram suas aulas orientados pelo método de Paulo Freire.

O presidente João Goulart participou do encerramento das aulas e foi recebido com a leitura da carta de um dos alunos que foram alfabetizados, além de receber outras cartas. Na ocasião, o Grupo Escolar José Rufino teve a presença do presidente em uma de suas salas de aula. Satisfeito com o resultado, João Goulart convidou o Professor Paulo Freire para delinear o Plano Nacional de Alfabetização que seria colocado em prática em 1964, no entanto, este plano de governo foi interrompido bruscamente pelo golpe militar.

A modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na instituição é o 3º período que equivalente aos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, no turno noturno, em concordância com o PPP da escola, os educandos apresentam inúmeras necessidades que divergem das crianças dos anos iniciais, no entanto, trazem consigo bagagem, experiências e o desejo de vencer o analfabetismo.

A maioria reside em bairros periféricos à margem da sociedade, e muitos enfrentam diversas dificuldades, limitações econômicas, desemprego, déficit de aprendizagem, vulnerabilidade social, exclusão das políticas públicas, dentre outros fatores socioeconômicos. A instituição é a única no município a oferecer a modalidade para conclusão do equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, em seu PPP, não apresenta nenhuma Política Educacional Inclusiva, direcionada para o público da EJA.

4. FALAS DOS PROFESSORES E ANÁLISE DOS DADOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DOS EIXOS

Neste capítulo abordamos os diálogos e recortes das falas dos professores entrevistados, aportamos cinco eixos temáticos para o desenvolvimento desta pesquisa, esses eixos nortearam a entrevista semiestruturada. As professoras selecionadas para entrevista fazem parte da rede pública de ensino da cidade de Angicos/RN, a senhora M.B.L.A funcionária da rede Municipal/Estadual e I.M.M.A funcionária da rede Estadual.

A partir desses diálogos e recortes construímos nossas análises, a cooperação dos professores foram de fundamental importância para construção desta pesquisa, construímos um espaço de escuta sensível, respaldada no respeito mútuo. Diálogo esse que nos permitiu construir percepções analógicas da prática pedagógica no percorrer deste percurso metodológico.

De acordo com Freire (1980):

O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (FREIRE, 1980, p.43).

Realizei um encontro com cada professora, para um diálogo aberto e realização das entrevistas. As professoras estavam acometidas patologicamente e em virtude dessa situação a nossa conversa aconteceu também por meio do WhatsApp.

A entrevista é um importante instrumento para a coleta de dados. “Permitindo a interação entre pesquisador (a) e entrevistado (a), obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando.” (OLIVEIRA, 2007, p. 98). Este instrumento vem oportunizar acompanhar e aprofundar as ideias dos entrevistados explorando suas respostas, e sentimentos.

Nestes encontros dialogamos sobre a Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva referente às pessoas que apresentam Necessidades Educacionais Especiais.

As professoras relataram sobre as dificuldades que encontram para desenvolver metodologias inclusivas, visto que as mesmas não recebem formação continuada. A professora M.B.L.A, contextualiza que é do Projeto de Extensão PRAEJA, projeto esse que sou membro, no entanto, é um projeto que elenca formações para professores da EJA, não é formação continuada na perspectiva de trabalhar a inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Inclusivas na EJA. Um ponto importante que achei relevante para pensarmos nas próximas formações.

Nos recortes das falas percebemos que as professoras expressam domínio nas respostas, quando contextualiza a Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva como uma modalidade desafiadora que exige do professor aperfeiçoasse continuamente, entretanto, é elencado que esta formação continuada parte dos próprios professores, já que os órgãos públicos não ofertam. Deste modo, muitos encontram-se desmotivados em suas práticas pedagógicas.

Os documentos analisados como os Projetos Políticos Pedagógicos, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, Base Nacional Comum Curricular, foram de excelência para compreendermos a oferta desta modalidade de ensino, no entanto, são imensas as lacunas pré-existentes no tocante a Educação direcionada a educandos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação de Jovens e Adultos.

Muitas inquietações adentram esta análise após os recortes das falas dos professores, dentre elas podemos apontar, a falta de acessibilidades para auxiliar na inclusão e no aprendizado de educandos com necessidades específicas. A EJA é uma perspectiva libertária, precisa ser repensada pela Políticas Públicas do nosso país, possibilitando assegurar recursos que tragam avanços para o ensino, repensando políticas de inclusão para os educandos com Necessidades Educacionais Especiais.

4.1.1 Eixo 01 - Da Formação e atuação Profissional

Neste eixo encontram-se perguntas relativas ao seu ingresso, as concepções, organização e planejamento do PPP, pontos positivos e negativos, faixa etária dos educandos, planejamento das atividades, observação dos resultados, as maiores preocupações, os atos prazerosos, as condições que a escola oferece para o desenvolvimento das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva.

a). Indagamos as professoras perguntando-lhes como se deu necessariamente a entrada na EJA e Educação Inclusiva:

A minha entrada se deu pelo entendimento de que na EJA a formação do sujeito se dar muito além de ensinar, de aprender, e até mesmo vai mais além do fazer. É preciso perceber a necessidade real de cada aluno e de cada turma, e assim poder andar com seus alunos, juntos, em um caminho repleto de conhecimentos e boas experiências. É construir uma conexão de sentimentos para superar barreiras. Sendo satisfatório e prazeroso, com olhares que se encontram e vidas que se transformam. É assim que me sinto fortalecida pelo prazer de ser uma educadora legitimada pelo ofício de educar por amor nesse chão sagrado e consagrado, onde juntos somos mais. (ENTREVISTA COM A PROFESSORA I.M.M.A).

A professora fala de sua satisfação, quando afirma se sentir fortalecida por poder desenvolver uma educação transformadora, mesmo diante dos inúmeros obstáculos presentes nesta modalidade. Em sua fala percebemos o empoderamento, quando ela contextualiza que o educador precisa perceber a singularidade de cada aluno, para que se construa afetividade e seja possível transmitir os conhecimentos e experiências.

b). Perguntamos que concepção ela vem construindo acerca desta modalidade de ensino?

Pensar na Educação de Jovens e Adultos e nos processos de aprendizagem, é pensar junto, colocar-se no lugar do educando; é entender que este sujeito traz uma história e uma trajetória de vida; é entender os sonhos e objetivos deste educando; é relacionar assuntos que fazem sentido à vida deste sujeito. (PROFESSORA I.M.M.A).

Penso na EJA como uma modalidade de ensino que tem por norte oferecer uma educação de qualidade e acessível àqueles que, por diversos motivos, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos. De forma humanizada e libertadora. (PROFESSORA M.B.L.A).

É importante compreender que os conhecimentos prévios dos alunos, é de fundamental importância para manter o interesse dos educandos em sala de aula, agregados a aquisição de novos conhecimentos na fase da vida escolar. As professoras discorrem que é preciso entender os sujeitos inseridos no contexto da EJA e da Educação Inclusiva, esses educandos assim como os educandos do ensino regular, tem sonhos e objetivos. Por isso, é preciso ressignificar essas vidas possibilitando nos horizontes. Pensar em uma EJA e EI, para aqueles que por algum motivo tiveram seu direito educacional negado, durante o período regular.

c). Questionamos se às professoras tinham participado em algum momento da organização e planejamento do Projeto Político Pedagógico da Escola?

Não, infelizmente não participei ativamente. O projeto político pedagógico deve ser elaborado de maneira colaborativa. Assim, cabe a cada escola decidir o modo mais eficiente de incluir toda a comunidade no processo de criação do documento. Há escolas que optam pela formação de um conselho que delibera sobre o PPP escolar. Com base na BNCC temos que contemplar de forma flexível essa modalidade da EJA favorecendo um ensino significativo de qualidade abrindo espaço para garantir a permanência do aluno na escola, considerando suas particularidades e singularidades onde abrange em todos os aspectos de sua vida. (PROFESSORA I.M.M.A).

Já estive à frente da formação da BNCC, que tinha por intuição construir o PPP das Escolas Municipais. Formação interrompida pela pandemia. (PROFESSORA M.B.L.A).

A primeira professora não participou do Projeto Político Pedagógico, entretanto, tem ciência que o mesmo deve ser construído com a participação de toda comunidade escolar, ela discute ainda a respeito das escolas que formam seus conselhos para deliberar esta construção. Deste modo, os projetos são desenvolvidos para contemplar a EJA, entretanto, tem que proporcionar um ensino flexível que atenda as particularidades dos educandos. A segunda educadora entrevistada participou da formação da BNCC, para construção do PPP das Escolas Municipais, porém o contexto Pandêmico interrompeu este passo importantíssimo.

d) Indagamos às professoras acerca de como a Educação de Jovens e Adultos e Inclusiva foram pensadas no PPP:

Segundo o Ministério da Educação, a EJA tem objetivos, como: Oportunizar a inclusão, diminuir as taxas de analfabetismo, minimizar a pobreza e incentivar a preservação do meio ambiente, além de integrar esses jovens e adultos no mercado de trabalho e na sociedade. (PROFESSORA I.M.M.A).

A EJA e a Educação Inclusiva “seriam pensadas” como prioridade diversa, capaz de incorporar as diferentes demandas e particularidades sociais, étnicas e culturais. Seria pensada em uma perspectiva pedagógica dialógica e democrática (nosso intuito). Infelizmente a pandemia chegou e o trabalho parou. O PPP de uma escola deve ser construído com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, o que não era possível. (PROFESSORA M.B.L.A).

É visível que a EJA de acordo com o Ministério da Educação, busca inserir estes sujeitos na sociedade, tentando corrigir a dívida que tem com esta modalidade, já que se trata de pessoas que estão às margens da sociedade, foi negado os seus direitos, o cidadão alfabetizado constrói seu próprio caminho, saindo da vulnerabilidade social. Muitos estão nesta modalidade justamente por que adentraram precocemente no mercado de trabalho, e com isso os resultados erguem-se com a taxa do analfabetismo. Percebemos na fala das professoras que as mesmas têm consciência que a construção de um Projeto Político

Pedagógico deve ter a participação de todos os segmentos, ou seja, da comunidade escolar. Assim, ele deve ser pensado contemplando todas as adversidades dos sujeitos. Mesmo assim, as entrevistadas relatam que a pandemia impediu que o PPP fosse reformulado a partir de reflexões e diálogos coletivos.

A preocupação com a aprendizagem desses educandos é fundamental para despertá-los uma consciência crítica a serem inseridos no mercado de trabalho, o que é o sonho de cada sujeito. Neste contexto Gadotti (2005, p. 42) salienta: “[...] é necessário oferecer escola pública para todos, adequada à realidade onde está inserida, para que seja de qualidade, que integre a comunicação dos movimentos populares na construção e definição de sua identidade”. Afinal ela deve ser autônoma, isto é, precisa permitir aos cidadãos a autonomia cidadã.

e). Quando questionadas sobre a relevância da participação de ambas e dos demais educadores desta modalidade na organização e planejamento do PPP:

Mesmo sendo desafiador planejar e organizar o ensino da modalidade EJA em virtude das barreiras e falta de incentivo. A nossa tarefa é estimular e favorecer que as pessoas jovens e adultas tenham acesso à sala de aula. No que diz respeito a nós professores precisamos ressignificar concepções e conceitos considerando as especificidades desse segmento. (PROFESSORA I.M.M.A).

Esta fala é muito importante, é sabido que os recursos para esta modalidade é limitado, o poder público não investe e nem incentivam a continuidade desta modalidade, é visível que quanto mais pessoas analfabetas, mais pessoas alienadas, e com isso a grande burguesia enriqueceu, pois os trabalhadores, passam a não conhecer os seus direitos, apenas deveres, assim, os grandes empresários só progridem com a mão de obra barata.

f). Sobre a faixa etária dos educandos e o nível escolar dos educandos da EJA e EI, a professora responde:

Entre as metas do PNE está a universalização do atendimento escolar para alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 a 17 anos, assegurando a oferta de educação inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino. No entanto, atendo alunos na EJA que vão de faixa etária de 15 a 60 anos. (PROFESSORA I.M.M.A).

Na fala da professora, percebe-se que a mesma reconhece a exclusão presente dos direitos à Educação Inclusiva na EJA. Durante os estágios, vivenciei de perto as dificuldades do professor e dos educandos, por não ter materiais adequados e professores auxiliares, que pudessem acompanhar o

aprendizado destes educandos, as escolas têm salas apropriadas para atender educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais para o público do ensino regular, os investimentos são para este nível de ensino.

Durante este percurso foi possível compreender que esta modalidade concentra adultos trabalhadores e jovens que ingressaram na escola regular e, no entanto, abandonaram há algum tempo. Muitos motivados pelo ingresso no trabalho que acumularam grandes desigualdades entre idade e série cursada.

Sabemos que o planejamento é uma ferramenta indispensável no cotidiano dos educadores, é através destes planejamentos que são elaboradas as aulas para superar possíveis entraves que acontecem dentro do contexto educacional.

g). Questionamos a educadora sobre a frequência que eles se reuniam para planejamento das atividades?

No contexto da educação inclusiva, e "EJA" o planejamento deve ser contínuo e colaborativo. Ao mesmo tempo, deve valorizar os interesses e atender às necessidades de cada estudante. Isso significa pensar em aulas desafiadoras para todos, diversificando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares. (PROFESSORA I.M.M.A).

O planejamento propicia o crescimento do aluno em relação aos conteúdos e permite grandes progressos na aprendizagem. Ele vai nortear a prática pedagógica, dando subsídios e suporte para as possíveis intervenções, possibilitando uma melhor aprendizagem de seus educandos. A Educação de jovens adultos e inclusiva vem percorrendo uma trajetória significativa desde seu surgimento até os dias atuais, no entanto muitos desafios se apresentam no tocante ao desenvolvimento e efetivação de um planejamento que atenda as especificidades desta modalidade de ensino:

h) Indagamos as professoras sobre como ela observa os resultados? Positivamente ou negativamente? Por quê?

Pontos negativos observados: dificuldade em gerenciar o tempo de forma eficaz; procrastinação e falta de motivação; dificuldade em trabalhar em equipe; falta de habilidades interpessoais; falta de autoconfiança; dificuldade em lidar com mudanças. E ainda sofre preconceito porque acredita que não tem mais idade para estudar. Em seus pontos positivos: 1) Acessibilidade para auxiliar na inclusão e no aprendizado de alunos com necessidades específicas; 2) Recursos como bibliotecas e materiais de apoio como apostilas para os alunos estudarem; 3) Programas para combater o bullying e outros problemas que possam afetar os alunos em seus aspectos coletivos ou individuais. (PROFESSORA I.M.M.A).

Ao longo da nossa trajetória como educadora da EJA, é uma eterna queda de braço, sem muito apoio por parte da Secretaria Municipal de Educação e muitas vezes da gestão escolar os resultados acontecem de forma negativa. Quando recebemos apoio existe o avanço. Já vivenciamos momentos em que a reprovação foi mínima, mas não é o que acontece atualmente. (PROFESSORA M.B.L.A).

Alguns pontos negativos foram elencados, a má administração do tempo dentro de sala de aula. Ela também destaca a superação do preconceito sofrido pela sociedade, que acredita que o saber tem um certo tempo para ser desenvolvido, que a vida adulta é para o trabalho. Em conversa a professora relata ainda que recursos como bibliotecas e materiais de apoio como apostilas e programas para combater o bullying, seriam pontos positivos para o desenvolvimento do aprendizado na Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva.

A segunda professora aponta pontos negativos na falta de apoio por parte da Secretaria de Educação e da Gestão Escolar, assim, deste modo ela elenca que a atualmente a reprovação dos educandos da EJA é preocupante, por falta de apoio por essas organizações, que têm o dever de caminhar junto com os professores compreendendo seus anseios e preocupações.

i) Sobre o que causava maiores preocupações com o trabalho na EJA e na Educação Inclusiva, em especial com educandos que apresentavam alguma Necessidade Educacional Especial as professoras respondem:

Por fim, foi possível verificar que as principais barreiras enfrentadas pela inclusão escolar são: a falta de preparo dos professores e demais colaboradores; a ausência de infraestrutura; a carência de tecnologia assistiva, a prática de bullying; o excesso de alunos. (PROFESSORA I.M.M.A).

A falta de acompanhamento por uma pessoa formada para este fim, com habilidade que possam contribuir para a formação desses sujeitos com necessidades especiais, marginalizados e discriminados. O estudante, na minha opinião, é ator principal da ação educativa e a escola deve garantir e assegurar a sua caminhada exitosa no processo ensino-aprendizagem e na construção do conhecimento, das competências e habilidades para o pleno exercício da cidadania. (PROFESSORA M.B.L.A)

Por isso, a importância da formação continuada, que possibilita a reflexão sobre as práticas pedagógicas, revendo estratégias de ação, trocas de experiências, propondo políticas públicas e até mesmo assumindo o papel de uma pedagogia capaz de transformar esses cidadãos. As tecnologias assistivas são ferramentas que facilitam o professor a superar estas dificuldades, entretanto, muitas escolas não oferecem. O excesso de aluno em uma sala que é

constituída por educandos de Necessidades Educativas Especiais, necessita de professores auxiliares.

O professor comprometido com a EJA constrói o conhecimento e os conteúdos de forma prazerosa, neste sentido, perguntamos as professoras:

J). O que elas destacam como um ato prazeroso nesta atividade pedagógica com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais?

O professor prazeroso em educar alunos com necessidades especiais, cria um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos. A palavra-chave para uma sala de aula inclusiva é respeito. Valorizar a diferença é envolver a diversidade em todas as práticas educativas e sociais. Por isso, o professor deve dar máxima atenção à promoção do companheirismo. (PROFESSORA I.M.M.A).

O professor deve estar preocupado com sua formação, disponível a sempre rever o que foi ensinado, suas práticas, ser curioso e se envolver nas aberturas que seu educando lhe permite, pois o adulto devido a sua trajetória de vida em muitos casos precisa realmente de uma acolhida mais calorosa e que seja valorizada a sua própria pessoa.

A instituição educacional é a segunda casa dos educandos, por isso, é importante que seja um ambiente acolhedor, e que possibilite aos educadores um espaço de voz, que compreenda as dificuldades de ambas as partes. Assim questionamos:

k). Sobre as condições que a escola oferece para que o educador possa desenvolver práticas pedagógicas com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais?

Quando uma escola é acessível, ela permite que todos os alunos participem igualmente das atividades escolares. Isso cria um ambiente de aprendizado diversificado, onde todos os alunos se sentem valorizados e respeitados. A inclusão também tem um impacto positivo na aprendizagem e no desenvolvimento de todos os alunos. (PROFESSORA I.M.M.A).

Nenhuma. Para se ter uma ideia, tinha uma pessoa da Educação Especial acompanhando dois educandos e foi retirada para outra escola para atender a um estudante do ensino regular. A EJA, infelizmente não é prioridade. Vive sendo ameaçada de fechar. (PROFESSORA M.B.L.A);

Neste diálogo, percebemos que a escola tem um papel imprescindível na transformação do sujeito, é ela que prepara os educandos para interagir com os fenômenos políticos, culturais e educativos. É nítido seu caráter multicultural e o desafio proposto ao

professor enquanto mediador do conhecimento, ressignificando sua prática, respeitando os diferentes sujeitos presentes no contexto da sala de aula.

Uma preocupação eclode na fala da segunda professora, quando ela menciona que a instituição não oferece apoio pedagógico, e nem professores auxiliares, e que o único que a escola ofereceu foi redirecionado para outra escola de nível regular, isto vem afirmar que a EJA e EI, é uma modalidade excludente, outra ótica preocupante é a questão de fechar esta modalidade que vem por muitos anos perpassando uma luta de existência.

4.1.2 Eixo - 02 Currículo da Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva

No eixo dois da entrevista semiestruturada, especificamos questões sobre concepção de currículo, conteúdos que vêm sendo organizados, questões dos saberes experienciais dos educandos no momento da organização dos conteúdos e se aconteceu de organizar conteúdos diferentes para atender as Necessidades Educacionais Especiais na EJA. O primeiro questionamento neste eixo é:

a). Sobre que concepção de currículo norteia as práticas pedagógicas dessas professoras?

Na ótica da Professora M.B.L.A:

Com base nessa discussão, entende-se que o currículo inclusivo exige um olhar universal à diversidade. Beneficiar a educação, os alunos e o próprio trabalho dependem das escolhas e práticas pedagógicas que serão adotadas, a começar pela construção do currículo. Para mim o currículo é a ação pela qual se caracteriza o fazer pedagógico em uma comunidade escolar, em especial na vida dos educandos. É o processo social e pedagógico da escola, considerando a natureza equitativa, afetiva e emancipatória que promove atitudes e valores que contemplando a formação integral do indivíduo e para desenvolver as habilidades necessárias as ocupações na vida e também na edificação de uma sociedade mais inclusiva, justa, humanizada e democrática. (PROFESSORA M.B.L.A).

O Currículo precisa ser pensado para atender a invisibilidade das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais na EJA. As escolas, no pensar da organização curricular, precisam contribuir para romper com a tradicional prática docente para poucos, para que atinja uma concepção de currículo comprometido com o desenvolvimento integral, que inclui a formação profissional continuada.

b). Quanto aos conteúdos e organização a professora contextualiza que:

No contexto da educação inclusiva, o planejamento deve ser contínuo e colaborativo. Ao mesmo tempo, deve valorizar os interesses e atender às necessidades de cada estudante. Isso significa pensar em aulas desafiadoras para todos, diversificando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares. (PROFESSORA I.M.M.A.).

Uma aula inclusiva, com base no modelo social e curricular das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais é uma aula planejada para oportunizar participação de todos, em vez das práticas pedagógicas tradicionais, o educador precisa atuar com metodologias de ensino dinâmicas e participativas, por que cada aluno tem o seu ritmo, em aprendizagem e em função de características próprias.

c). Perguntamos como as professoras consideravam a questão dos saberes experienciais dos educandos no momento de organizar esse conteúdo?

Para se selecionar um conteúdo é necessário considerar a herança cultural, a experiência da prática social e do contexto em que o aluno vive e a perspectiva de futuro, tendo em vista a construção de uma sociedade humanizada. (PROFESSORA I.M.M.A.).

Com certeza, Freire bem disse que o “conhecimento de mundo precede o conhecimento da palavra”, em outras palavras, o conhecimento vivenciado e experimentado pelo estudante, pode e deve ser um ponto de partida, a base para a construção de novos saberes e conhecimentos. (PROFESSORA M.B.L.A.).

A herança histórico cultural dos sujeitos é um tesouro, assim, o educador deve estar considerando no âmbito da sala de aula, fazendo conexões desses saberes com os contextos abordados durante as exposições dialógicas. Arbach (2001, p. 78) afirma que: “visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional.”

d). Na última pergunta deste eixo, perguntamos as professoras se em algum momento de sua prática docente, já organizou os conteúdos de outra forma?

Sim. Já trabalhei de outra forma, considerando que existem aberturas do planejamento, como escravizando as informações que os alunos nos trazem. Para essas intervenções, o profissional pode utilizar como estratégias pedagógicas as atividades sensoriais, que buscam, com propostas lúdicas, trabalhar o sensorial, a comunicação, a linguagem, o planejamento motor, a organização do comportamento e a resolução de problemas do aluno especial; bem como atividades. (PROFESSORA I.M.M.A.).

Sim, infelizmente, ao adentrar na profissão de educadora, *a priori* seguimos o que nos era orientado pelas supervisoras das escolas nas quais lecionamos e o que tínhamos observado das antigas professoras, eram aulas conteudistas e autoritárias, onde os alunos eram meros recipientes dos saberes que transmitimos. Ainda bem que essa minha prática, ficou estacionada em tempos longínquos. (PROFESSORA M.B.L.A).

Consideramos a resposta da primeira professora, esta didática como ativa e significativa, constituída por abordagem didáticas que encorajam a participação dos educandos em atividades escolares cooperativas, permitindo aos educandos resolverem tarefas grupais ou construir conhecimentos juntos; as aulas são organizadas de forma que leve o educando a realizar diferentes tarefas em um mesmo conteúdo curricular.

No recorte da fala da segunda professora evidenciamos que ela já seguiu didáticas tradicionalistas, onde o professor transmite o seu conhecimento com a pedagogia bancária, um professor autoritário que só deposita e os educandos são receptores só recebem, sem ter o direito de questionar ou simplesmente opinar ou criticar.

4.1.3 Eixo - 03 Prática Pedagógica Curricular na Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva com Ênfase em educandos com Necessidades Educacionais Especiais

O Eixo temático a seguir disserta sobre as dificuldades que as professoras enfrentam no tocante aos conteúdos planejados, metodologias utilizadas, referenciais teóricos norteadores, saberes integrados para garantir aprendizagem, e se enquanto docentes, elas acreditam numa outra possibilidade de desenvolver sua prática pedagógica curricular e como isso seria possível.

O currículo vem apoderando-se como papel central nas políticas educativas, em decorrência de constitui-se na materialização de concepções político ideológicas diversas, desde as preocupadas com a lógica da humanização das relações sociais, onde valores coletivos e de solidariedade são a tônica, até aquelas interessadas no fortalecimento da lógica do mercado na educação, prevalecendo o caráter individualista nas ações de existência.

Muito se comenta sobre as imensuráveis dificuldades que os professores da EJA e Educação Inclusiva enfrentam em suas práticas pedagógicas. Para conhecermos algumas delas, perguntamos:

- a) Em suas práticas pedagógicas havia dificuldades para a transmissão dos conteúdos planejados? Quais as principais dificuldades?**

Os alunos da EJA encontram muitas dificuldades durante o período escolar, muitos deles trabalham o dia todo e quando chega à noite já estão cansados, esgotados, outros apresentam problemas de saúde, como baixa visão, baixa audição, dificuldades motoras, mas a preocupação maior está em se sentir bem, as salas visitadas ... Com ênfase na educação especial preconceito, a falta de profissionais qualificados, falta de lugares adaptados, falta de investimento e infraestrutura, entre outros. (PROFESSORA I.M.M.A.).

Com certeza. Como mencionado anteriormente, não possuo nenhuma formação para atuar com pessoas deficientes. Seja ela toda e qualquer deficiência educacional por parte dos estudantes e a escola não oferece recurso adequado para esse fim. Como ensinar uma pessoa com as múltiplas deficiências que trabalhamos em nossas salas sem recurso? Como contribuir para que esta pessoa se torne um bom leitor e escritor, se muitas das vezes não compreendo o que ela fala? Como ser elo na construção da aprendizagem quando não há compreensão? Como melhorar minha prática para melhor atender a esse público? O que fazer? Como fazer? São inúmeras as dificuldades... Há muito tempo deixei de ser uma “transmissora de conteúdos”, prefiro ajudar meus educandos a construir seu conhecimento, sou mediadoras entre novos conhecimentos, competências e habilidades e o que o estudante já possui e/ou experienciou ao longo de sua jornada como pessoa e como estudante. (PROFESSORA M.B.L.A.).

Percebemos, a partir das falas das professoras que as dificuldades em suas práticas pedagógicas, são decorrentes das adversidades de sujeitos que frequentam os espaços escolares, que em sua maioria são trabalhadores e já chegam esgotados fisicamente e mentalmente, no tocante à educação especial ela discorre sobre falta de profissionais qualificados e o preconceito, visto que o cenário histórico, a constatação de que os processos de exclusão dos jovens e adultos com deficiências não se constituem em fatos recentes, mas, sim, processos históricos, que perpassam há muito tempo. Percebemos os anseios por não ter apoio escolar e formação continuada para atender a estes educandos com inúmeras adversidades.

Bueno (2018, p. 17) acrescenta que esta:

[...] traz a questão da inclusão em sua base, justamente por ter como público alvo pessoas em diversas idades, provenientes de diferentes regiões, com diferentes vivências e histórias de vida, marcadas, em sua maioria, por momentos de dificuldades, impedimentos de acesso à escola no ensino regular ou, ainda, relatos de fracasso escolar.

Para Bueno (2018), a perspectiva de uma educação inclusiva seria aquela que agrega todos os sujeitos excluídos de alguma forma dos seus direitos, sobretudo, do acesso à educação. Nessa concepção, Tassinari (2019) caracteriza esta modalidade enquanto espaço da diversidade, pluralidade e singularidade, de modo que ao trazermos o enfoque para os sujeitos alunos que dela fazem parte, encontramos “pessoas com diferenças culturais, étnicas, de

gênero, religiosas, com diversas trajetórias e histórias de vida e que, portanto, aspiram por um currículo verdadeiramente flexível e coerente com as suas realidades” (TASSINARI, 2019, p. 63). As práticas pedagógicas no fazer docente é uma ferramenta indispensável para organização e planejamentos das atividades, assim, perguntamos as professoras:

b) Quais metodologias são utilizadas nas práticas pedagógicas em sala de aula das educadoras?

Educação Especial e Inclusiva é uma metodologia pedagógica que deveria estar presente em todas as escolas. Tem como objetivo unir a educação regular com a educação especial. A Educação Especial e Inclusiva promove a integração entre todos os alunos, independente das suas especificidades. Constatou-se que a prática utilizada pela professora na EJA é reflexo da cultura escolar construída historicamente, a qual permeia e organiza os espaços escolares, bem como normatiza o trabalho docente e, conseqüentemente, as relações de ensino e aprendizagem na referida modalidade. (PROFESSORA I.M.M.A.).

A Freiriana é a principal. Gosto da educação dialógica, humanizada e libertadora, procuro incentivar meus educandos o desenvolvimento e a construção de competências e habilidades socioemocionais, como a autonomia, a empatia, a colaboração, o respeito e a equidade. (PROFESSORA M.B.L.A.).

A prática pedagógica inclusiva, precisa ser compreendida, com clareza, levando em consideração as concepções que se tem sobre a maneira de realizar os processos de aprendizagem. Sábias palavras da professora ao considerar importante unir a educação regular com a educação inclusiva na EJA, para deste modo promover a integração dos sujeitos. É preciso compreender a importância que assume o currículo e o projeto político pedagógico em assegurar no ensino as especificidades da EJA. A segunda professora desenvolve suas metodologias pautadas no pensamento Freiriano Libertador, onde valoriza a autonomia do sujeito, em um espaço dialógico de respeito mútuo.

Um dos papéis atribuídos à educação é a construção da cidadania na sociedade contemporânea, sendo responsável por possibilitar ao indivíduo jovem e adulto desenvolver suas capacidades e habilidades, sustentando-os na educação extracurricular e na própria vida. Nessa lógica, a educação de jovens e adultos representa uma obrigação. Independentemente de serem adolescentes, jovens, adultos e idosos, conseguiram acrescentar os seus conhecimentos, demonstrando suas habilidades e tendo acesso a novos níveis do trabalho e da cultura. A leitura e compreensão de alguns teóricos são indispensáveis para desenvolver metodologias.

Deste modo, para compreendermos este viés, demandamos as professoras:

b) Quais referenciais teóricos usavam no trabalho pedagógico de educandos com Necessidades Educacionais Especiais?

Na educação inclusiva os professores devem buscar um ensino que vise o respeito mútuo aos alunos, o qual deve favorecer o desenvolvimento da consciência, mostrando que todos são iguais, independentemente de sua etnia, situação econômica e suas demais diferenças. (PROFESSORA I.M.M.A).

Leio Freire, Vygotsky, Piaget, dentre outros, mas não me sinto preparada para trabalhar diretamente com pessoas com deficiências educacionais. (PROFESSORA M.B.L.A).

Neste diálogo, a primeira professora fala da importância do respeito às diferenças de gêneros, entretanto, senti a ausência de alguns apontamentos teóricos, percebe-se a partir deste ponto a relevância das formações continuadas, é nestes momentos de socialização entre educadores, que surgem os acontecesse esses aportes teóricos. Já a segunda professora aporta alguns renomados teóricos para a construção do seu fazer pedagógico, porém em sua fala surge uma preocupação quando ela diz que não está preparada para trabalhar com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais.

Barbosa (2017 p. 4) contextualiza que: as escolas inclusivas são algo novo e as que conseguem minimamente alcançar a participação de todos tem sido objeto de estudo para servir de exemplo a outras. Talvez esteja acontecendo o que Barbosa dialoga, alguns professores estão sem norte por ser algo novo, educação inclusiva na EJA é um estudo que ainda está percorrendo um longo caminho para alcançar um espaço inclusivo que proporcione aos educandos compreender seu espaço de pertencimento dentro e fora da escola.

A troca de conhecimentos e saberes com os educandos precisam fazer sentido, não sendo algo distante da sua realidade, algo significativo, não basta apenas repassar o conteúdo se não será útil em suas vidas, em especial para o público que não quer mais “perder tempo” como o da EJA e nem vai fazer sentido se estiver muito distante da sua realidade como o público-alvo da Educação especial.

A partir deste ponto, perguntamos:

d.) Se as professoras integram esses saberes no momento de suas aulas?

Se refere à necessidade de incluir a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta seja inserida, associada, à convivência igualitária em sociedade. (PROFESSORA I.M.M.A).

Os saberes, na minha opinião, são construídos no processo de aprendizagem, na organização curricular, na troca de conhecimentos. O ser humano é um eterno aprendiz como dizia meu velho pai. O aprendizado se dá em partilha com o outro. (PROFESSORA M.B.L.A).

Relaciona-se com os educandos é preciso respeitar a escuta, o professor como sujeito da escuta, pois educando não é objeto de seu discurso. Na visão do educador (Freire, 2018, p. 111), portanto precisamos ensinar com disponibilidade para o diálogo e principalmente para uma escuta atenta às necessidades de cada sujeito. É preciso olhar para os educandos e não ver somente os problemas e dificuldades que os envolvem, mas vê-los com potencialidades, que são mais difíceis de perceber, para que com elas tenhamos um ponto de partida. Precisamos enxergar para além da patologia ou da deficiência, e enxergar o educando, que como qualquer outro tem limitações.

Na quinta pergunta deste eixo, indagamos:

e). Sobre os conteúdos, metodologias e formas de avaliação utilizadas por elas nas aulas, se tem garantido uma significativa aprendizagem aos educandos da EJA com Necessidades Educacionais Especiais?

A avaliação no processo educacional de sujeitos com necessidades especiais deve ser feita levando em consideração aspectos individuais, como o desenvolvimento maturacional e as potencialidades de cada aluno. (PROFESSORA I.M.M.A).

Os conteúdos, metodologias e as avaliações no contexto da EJA e Educação Inclusiva, precisam ser flexíveis, visto que são sujeitos com aspectos individuais, como afirma a professora em suas palavras na citação acima. O educador precisa avaliar e diagnosticar o que o educando é capaz de reproduzir, de compreender e de formular no contexto das aprendizagens. O dispositivo essencial à promoção do ensino se apresentam a partir de duas óticas: do professor que elege o que os sujeitos são aptos a realizar e concretizar com autonomia, e dos educandos que demonstram, o que precisam aprender para se tornarem proficientes diante dos desafios na aquisição, na progressão e complementação dos estágios de novos saberes

Mediante ao processo de avaliação nas práticas dinâmicas de aprendizagem e na concepção da Educação Inclusiva, prognóstica considera o espaço escolar como espaço receptivo, elencando como marca filosófica o assentimento às necessidades dos sujeitos. As atividades precisam ser adaptadas, planejadas com metas, elaboradas e ampliadas as

apreciações dos professores, por se tratar de objetivos que agregam os indivíduos em um prognóstico dialógico, reflexivo, dinâmico e inclusivo da avaliação na escola.

O professor tem um papel desafiador na EJA e na Educação Inclusiva, portanto são eles que driblam as incontáveis dificuldades para desenvolver práticas curriculares que atendam as especificidades dos educandos.

f). Enquanto professoras, vocês acreditam numa outra possibilidade de desenvolver suas práticas pedagógicas curriculares? Como isso seria possível?

Sim. Pois todos os sistemas de ensino asseguram igualitariamente e democraticamente o mesmo eixo. O que diferencia um do outro é apenas a caracterização de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. (PROFESSORA I.M.M.A).

Não sou professora de Educação Especial! Lido com estudantes com deficiências educacionais, mas não possuo nenhuma formação para lecionar estes estudantes. Acredito que se tivesse uma formação para trabalhar com este público alvo, me sentiria menos angustiada. (PROFESSORA M.B.L.A).

Como proposta da aprendizagem metodológica ativa, o educando apropriar-se da função de protagonista e o professor de orientador das aprendizagens, essas aprendizagens são socializadas as práticas de inclusão, não existe um modelo próprio e pronto para o trabalho avaliativo, sendo necessário muitas vezes, ousar, propor e, principalmente, envolver-se. No recorte da professora vemos a angústia de trabalhar com esse público-alvo e não ter uma formação continuada específica nesta área, daí a importância de o poder público direcionar um olhar especial sobre políticas públicas que tente agregar conhecimentos adequados a estes profissionais que estão todos os dias driblando este contexto educacional.

4.1.4 Eixo 04 -Integração dos saberes/fazeres docentes da formação e da vivência na EJA e Educação Inclusiva

Nesta ótica dialogamos com a relação intrínseca entre seus saberes/fazeres docente na EJA e Educação Inclusiva, as contribuições da formação inicial para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e se há necessidade de uma formação continuada para ampliar qualitativamente o seu fazer pedagógico.

O professor precisa considerar os saberes/fazeres dos educandos, esse relacionamento precisa estar intrinsecamente interligado no contexto da EJA e EI. Deste modo, as educadoras:

a). Acreditam existir uma relação intrínseca entre seus saberes/fazeres docente na EJA e Educação Inclusiva?

Sim. A prática pedagógica docente, sobretudo na EJA, necessita reconhecer em seu estudante suas vivências, suas construções sociais, seus aprendizados, objetivando estabelecer relação de contextualização e construção com o conhecimento socialmente produzido, alinhando a educação inclusiva. (PROFESSORA I.M.M.A).

A interação cognitiva e social que o professor estabelece com os educandos é centrada na valorização da cultura que carregam e na inclusão desses educandos na sociedade como cidadãos, oportunizando uma educação justa e igualitária. O diálogo, o respeito ao ritmo dos educandos, a consideração da heterogeneidade da turma, são elementos a serem considerados para um processo metodológico proveitoso com educandos da EJA e EI.

A interseção pedagógica unilateral centrada apenas no professor não permite a idealização de processos mentais a partir dos conhecimentos dos educandos e negligencia sua capacidade intelectual e o faz sentir um incapaz de aprender.

Outro aspecto importante foi indagar as professoras:

b). Sobre sua formação inicial, perguntando se ajuda no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas?

Quanto à importância da formação continuada de professores em relação à educação inclusiva, a cada dia que passa surgem novas perspectivas e situações, por isso os professores devem estar preparados para estes novos conhecimentos, com o objetivo de atualizar seus conhecimentos pedagógicos. (PROFESSORA I.M.M.A).

A discussão acerca da formação continuada dos professores precisa estar articulada a outras questões relevantes que estejam em pauta nas organizações teórico-metodológicas. Assuntos referentes às condições de trabalho, as políticas públicas, financiamento, relação escola e família, currículo, práticas pedagógicas e gestão. Dessa forma, é necessário pensar em processos de formação continuada que coloque os professores em condições de discutir, em espaços educativos e no coletivo, suas incertezas e dúvidas dos processos de escolarização, possibilitando-lhes aprofundar seus conhecimentos na área. Percebemos a formação continuada como um aperfeiçoamento ou suporte para que as questões educacionais possam ser dialogadas de modo a criar ambientes educativos que enriqueçam os diferentes percursos de aprendizagem dos alunos.

O maior desafio dos professores consiste em serem eles mesmos, plenamente, e ajudar para que os outros também o sejam. A formação continuada do professor precisa acontecer de forma a enriquecer seus conhecimentos/saberes teórico-práticos e, ao mesmo tempo, promovendo um ambiente que possa coparticipar de suas vivências, dificuldades, medos e descobertas. Neste processo de interação e discussão com outros profissionais será possível a descoberta de novas técnicas pedagógicas.

Para concluirmos este eixo temático, questionamos:

c). Se haveria necessidade de uma formação continuada para ampliar qualitativamente o seu fazer docente na EJA e EI? Como ocorreria esse processo?

A formação dos professores com ligação à inclusão deve ser feita contemplando os conhecimentos teóricos e os objetivos em cada disciplina, tendo como buscar avançar em suas competências, fazendo com que possam conduzir a prática pedagógica junto com a atuação inclusiva, e está sempre aberto ao novo. (PROFESSORA I.M.M.A).

Na reflexão da professora ela tem ciência da importância da formação continuada dos professores. Assim, sendo visível a necessidade de potencializar os saberes-fazeres dos professores, reconhecer os profissionais da educação como sujeitos produtores de conhecimento e parceiros colaborativos no processo inclusivo dos educandos. “[...] A formação continuada privilegia o desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento profissional e o organizacional” (NÓVOA, 1996, p. 42). É imprescindível lançar um olhar inovador sobre a perspectiva das ações desenvolvidas na escola, tomando os saberes-fazeres docentes como elementos capazes de transformar a realidade escolar.

4.1.5 Eixo 05 - Da Relação Construção com Educandos com Necessidades Educacionais Especiais, Escola e suas Famílias

Eixo direcionado a perguntas relevantes a relação construída entre professores, escola e famílias dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, indagamos as professoras sobre como se dá a convivência, quais os diálogos estabelecidos, a rotina em sala de aula, como observa a relação, quais os aspectos emocionais e comportamentais e quais as implicações desses aspectos, qual a importância dessa relação entre educadores, família e educandos com Necessidades educacionais Especiais.

A família está conectada com o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento do ser humano, deste modo, um membro está interligado ao outro. O nascimento ou surgimento

de alguém com Necessidades Educacionais Especiais, gera impactos sobre a estrutura familiar, uma vez que nem sempre se está preparado para enfrentar tal situação. Neste pressuposto, surge o fato de muitas famílias serem propícias ao preconceito, isso causa angústia, receio e temores de agregar os seus filhos no âmbito escolar.

a). Sobre como se dá a convivência com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais e suas famílias?

A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com o educando. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que o educando assimila, como assim também possa criar e acompanhar a rotina. (PROFESSORA I.M.M.A).

Com os educandos de maneira respeitosa, cordial, mas não posso contato com seus familiares. Nunca fui procurada. (PROFESSORA M.B.L.A).

Para Kelman, (2010, p. 38) “a família é o primeiro e provavelmente o principal grupo social em que convivemos, pois é nela que o indivíduo aprende a conquistar a individualidade e independência”. Este recorte nos leva a compreensão que a família é o primeiro grupo social no qual os seres humanos desenvolvem a concepção da interação e a percepção de si mesmos e dos outros de forma substancial. Por isso, é imprescindível que a família tenha esta consciência desta colaboração, sendo sujeitos ativos do processo de alfabetização dos seus filhos, procurando participar das vivências e rotinas no contexto escolar e inserindo-se em programas educacionais que atendam às necessidades dos envolvidos.

A escola detém um papel muito amplo na formação da cidadania, que atravessa a construção de conhecimentos por diversas áreas, já as famílias carregam uma herança histórica cultural e substancial. Agregam papéis que vão muito além da formação de cidadania, uma educação que possibilita às pessoas terem consciência e conhecimento dos seus direitos e deveres, através de suas práticas pedagógicas, e por intermédio da problematização das áreas do currículo, integradas por um diálogo com os direitos humanos.

b). Sobre quais os diálogos estabelecidos com as mães? Qual a frequência desses diálogos?

A participação da família, na vida de qualquer aluno, é muito fundamental para o seu desenvolvimento pleno. O papel da família é o de oferecer um lugar onde possam se desenvolver com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Este esforço torna sem dúvida, mais complicado para as famílias dos deficientes. (PROFESSORA I.M.M.A).

Não possuo diálogo com os familiares dos estudantes com deficiência, nem mesmo em reuniões pedagógicas fui procurada. (PROFESSORA M.B.L.A).

Família e escola, ambas constituem papéis sociais específicos; contudo, não integralmente diferenciados. Estas ligações, contribuem para o desenvolvimento histórico, humano e social, a começar, do momento em que cada instituição se encarrega pelo seu compromisso na sociedade, que é de oferecer educação a todos, sem distinção de gêneros, raça, cor, etnias, classe social, dentre outros. Assim, identifica-se como benefício estas parcerias em prol do amplo desenvolvimento de seus educandos, desde que, cada uma respeite as especificidades da outra.

c). Sobre a rotina em sala de aula com esses educandos:

A rotina é importante para todos nós, mas quando temos um aluno com deficiência ou transtorno do espectro autista ela é fundamental, pois, a rotina é estruturante, diminui a ansiedade e facilita a aquisição de conceitos importantes através das generalizações. (PROFESSORA I.M.M.A).

É difícil, às vezes não entendo, nem me faço entender por não possuir formação para lecionar alunos deficientes. E eles não possuem acompanhamento por pessoas capazes e quando tem, são retiradas para atender outra escola. Até tento explicar e me dirigir mais diretamente a este público alvo, mas, sinto-me frustrada por não terem aprendido. (PROFESSORA M.B.L.A).

A partir destes recortes, percebemos que a aproximação de laços entre família e escola, assegura o desenvolvimento de ações parceiras, construindo coletivamente uma relação de diálogo mútuo, que juntas possam enfrentar os desafios que a sociedade impõe a todos. Unidas pelo propósito, do desenvolvimento integral do aluno em todos os parâmetros (cognitivo, afetivo, social, psicomotor), do conhecimento, diferenças individuais, respeito às diversidades, conjecturando como um ser ativo, tendo a capacidade de se desenvolver plenamente, e no seu ritmo, tanto no espaço escolar como no familiar, em conjunto as instituições estarão favorecendo o desenvolvimento de uma comunidade menos excludente e seletiva. Por que muitas dessas angústias citadas pelas educadoras precisam ser dialogadas com as famílias desses educandos especiais, este envolvimento precisa acontecer, por tanto, as famílias necessitam frequentar as escolas, as reuniões de pais e mestres.

d). Nesta questão, abordamos as professoras sobre como elas observam a relação entre o professor e os educandos que apresentam (Necessidades Educacionais Especiais?

A relação professor-aluno é um indicativo social para a construção de uma sala de aula inclusiva. O professor como parte integrante da escola, deve ter a responsabilidade e o compromisso com o aluno, dando apoio para que esses se tornem um cidadão participativo na sociedade como um todo. (PROFESSORA M.B.L.A).

O professor desenvolve no âmbito da sala de aula, uma relação de respeito, que perpassa muitas vezes o muro da escola. Este mestre, busca desenvolver práticas pedagógicas que sejam acessíveis para facilitar a compreensão desses educandos, esta relação mútua, transmite segurança aos envolvidos, através da escuta, diálogo e sensibilidade. Visto que estão inseridos em uma sociedade excludente, e a maioria destes são educandos que estão às margens da sociedade, muitos em situação de vulnerabilidade.

e). Sobre os aspectos emocionais, comportamentais dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais e quais as implicações desses aspectos no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas?

Como menciono os aspectos emocionais no comportamento dos alunos com necessidades especiais, sendo um componente importante para a construção do autoconceito e da autoestima do aluno, pois quando o professor valoriza seu desempenho na sala, seu rendimento escolar também melhora. (PROFESSORA M.B.L.A).

Depende do tipo de deficiência que o estudante possui e do momento em que sua deficiência se manifesta. Em sua maioria eles são carinhosos, carentes, apáticos, mas também tem aqueles agitados, agressivos..., com estes tenho certa dificuldade. (PROFESSORA M.B.L.A).

As professoras enfatiza a importância da construção do autoconceito e da autoestima, professor sendo o mediador destes processos, porém não detentores do saber, educar para a diversidade consiste em flexibilizar paradigmas, preconceitos, estereótipos, sendo necessário estruturar os modelos educacionais e principalmente a repensar algumas das atitudes dos professores em relação à inclusão, visto que têm um papel fundamental nesse processo.

f). Sobre a ótica da relação dos educandos com a escola e as atividades pedagógicas desenvolvidas, para a educadora M.B.L.A:

O educador deve orientar seus alunos, no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas e os diferentes meios de comunicação utilizados por eles, para que haja uma melhor interação social entre todos, para que assim o discente não implique diante das suas atividades. (PROFESSORA I.M.M.A).

Eles frequentam, mas dificilmente participam ativamente das atividades pedagógicas. (PROFESSORA M.B.L.A).

É sabido que todos os indivíduos têm capacidade de aprender; cada um com suas habilidades e potencialidades, independentemente de suas diferenças e necessidades especiais. Presentemente, uma das questões que tem sido debatida no contexto atual, sobretudo no processo de escolarização, é com relação à inclusão de crianças, adolescentes, adultos e/ou idosos com necessidades especiais, assim, havendo a necessidade de se criarem ações e estratégias que viabilize desenvolverem práticas pedagógicas de aprendizagem qualitativa, atento às suas potencialidades e peculiaridades. Práticas que sejam atrativas que desperte o interesse dos educandos para que além de frequentar os espaços escolares, eles também realizem as atividades e consequentemente sejam capazes de serem avaliados, no seu aprendizado.

g). Sobre qual sua visão do educador para o envolvimento da escola e da família para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas e emocionais dos educandos.

Por isso, família e escola precisam trabalhar em conjunto e se apoiarem mutuamente – sem a escola, a família não consegue suprir as necessidades educacionais e, sem a família, a escola não consegue oferecer todo o suporte emocional e afetivo para que os discentes possam sentir a sala de aula como a sua própria casa. (PROFESSORA M.B.L.A).

É de extrema importância, mas não vejo. Em minha opinião, assim como estudantes da EJA, este público deveria ter um olhar mais humanizado, mais especial e inclusivo, não basta matricular o estudante numa rede regular de ensino. Não basta o acesso e a permanência, mas um processo educacional que atenda às necessidades de aprendizagens destes estudantes, com suas especificações físicas, sensoriais, mentais e cognitivas. Basta de segregação e de exclusão. (PROFESSORA M.B.L.A)

A organização familiar no processo de inclusão é indispensável no contexto escolar, nesta perspectiva, Sassaki (1998, p. 11) corrobora dizendo:

Que o envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação; os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; as famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar.

É perceptível intrinsecamente a relação entre a escola e família à procura de respostas às muitas Necessidades Educacionais Especiais. Marcada por referencial existencial, a família e escola são o pilar de apoio e sustentação ao indivíduo. Quanto maior a intensidade da parceria entre ambas, maiores serão os pontos positivos e significativos nos resultados da formação do sujeito. Deve ser persistente e consciente a participação dos pais na educação

formal dos filhos. Âmbito familiar e âmbito escolar são simultâneas e constituidores e é indispensável que pais, educadores, filhos/educandos participem e compartilhem experiências, percebam e trabalhem as questões envolvidas no seu cotidiano sem julgamentos, procurando o culpado ou inocente, todavia buscando atingir as nuances de cada situação.

Nas falas de ambas as professoras, percebemos os anseios que carregam em desenvolverem suas práticas pedagógicas mediante aos educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais, nos recortes estão presentes a importância da formação continuada nesta perspectiva, visto que é uma questão preocupante, já que a procura destes educandos são cada vez crescente nesta modalidade de ensino, cabe ao poder público, criar políticas públicas que contemplem as diversas dificuldades presentes na Educação Inclusiva na EJA. Amplie bibliotecas, ofereça materiais didáticos específicos para as suas limitações, disponibilize tecnologias assistivas que cooperem com as práticas pedagógicas dos professores, como também disponham professores que possam auxiliar os educadores titulares em suas salas de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a construção desta pesquisa usamos como aportes teórico-metodológicos instrumentos que possibilitaram a nossa compreensão acerca da prática dos professores da Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva da Educação Inclusiva com vistas ao entendimento e valorização dos saberes construídos pelos professores, dos desafios e das possibilidades existentes nesta modalidade.

Pesquisar é explorar algo novo, novos aprendizados, novas perspectivas. Ser um professor-pesquisador é construir novos horizontes, tornando-se ativo no processo de ensino e aprendizagem, pois a atividade de pesquisa é um dos principais requisitos para a autonomia docente.

A construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, tem um imenso significado em minha vida, sonho idealizado e conquistado, foi e sempre será necessário determinação e perseverança. Nunca foi fácil e não será, no entanto, é necessário persistir. Um sonho de adolescente se realizando na vida adulta, trilhado com imensa dedicação e resistência. Não é fácil driblar duas jornadas de trabalho, ser mãe, esposa, filha e dona de casa e estudar, entretanto, o sentimento hoje é gratidão, gratidão a Deus e aos meus pais, por me incentivar a estudar, este sonho dedico a meu pai, que sempre sonhou em ter seus filhos formados. Mesmo diante de nossa humildade, filha de agricultores, sempre me ofereceram o melhor, a educação. A educação transforma vidas, eu sou prova disso. Obrigada, meu mestre.

Na trajetória da minha formação no curso de Pedagogia da Ufersa Angicos/RN, de acordo com a oferta dos componentes curriculares, percebi o amor que tinha pela Educação de Jovens e Adultos, minha orientadora a docente Dr^a Divoene Pereira é responsável por despertar este interesse, suas aulas me encantava, ela tem domínio e amor pela EJA, suas falas eram marcantes, eu viajava em um mundo imaginário.

Ao tratarmos da EJA no contexto Inclusivo, é apresentada a situação que se encontram os sistemas educacionais. Dentre os entraves apresentam-se dificuldades para atender as necessidades especiais dos educandos da Educação de Jovens e Adultos, falta de material didático, apoio pedagógico, evasão escolar são aspectos que implicam na construção de uma EJA emancipatória.

Na EJA como nas demais modalidades a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade. Esta escola precisa formar os sujeitos conscientes da sua cidadania, direitos e também dos deveres. Portanto, é necessário promover a autenticidade inclusiva de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois tem se mantido como

sujeitos invisíveis na sociedade e precisam ser reconhecidos como pessoas capazes, produtivas, e aptas a aprender a aprender, independente de suas limitações e diferenças.

A construção de uma Educação Inclusiva na EJA é um desafio, com muitas barreiras que precisam ser superadas. A escola necessita reavaliar a forma de conduzir este espaço de saberes, os serviços de apoio a estes educandos é necessário. Incluir, ofertar e garantir uma educação de qualidade são questões relevantes de justiça e equidade social.

É preciso consciência para que o processo de inclusão possa atingir os objetivos esperados, é preciso uma mudança de atitudes quanto ao respeito e reconhecimento das diferenças. A participação e implementação efetiva de todos (as Leis Federais, Estaduais e Municipais, as famílias, o meio educacional e a sociedade), precisam acontecer e fazer valer os direitos violados desta modalidade de ensino, a sociedade precisa valorizar as pessoas com necessidades educativas especiais.

Este estudo não encerra nesta monografia, pelo contrário abre espaço de diálogo para todos os que desejam conhecer os desafios encontrados para se promover a inclusão da EJA. Assim, no âmbito escolar inclusivo deve considerar seu principal desafio, que é superar o obstáculo das diferenças, proporcionando a esses educandos sucesso educacional.

Portanto, após tantos avanços e conquistas, continua sendo necessário lutar contra os retrocessos, pois direitos arduamente conquistados devem ser preservados. Persistindo e resistindo sem desânimo, é importante seguir estudando e pesquisando, contribuindo, assim, para a construção de uma escola e sociedade inclusiva, da ampliação do direito à educação para todos, sem discriminação, pela superação das desigualdades sociais e educacionais, pela cidadania, pela democracia e pela vida. É preciso ter esperança, porque como dizia Paulo Freire (2018, p. 64) uma educação sem esperança não é educação, e não podemos cruzar os braços, porque é necessário mover-se na esperança enquanto lutamos e, se lutamos com esperança, podemos continuar e conquistar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. **Passageiros da noite: do trabalho para EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ANDRÉ, M., E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986
- ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e a nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.
- BARBOSA, Vânia de Sousa. FRANCO, Elize Keller. EJA interventiva: **Uma Proposta Alternativa de Inclusão**. Revista Primus Vitam n. 9. ANAIS: II Congresso Internacional e VII Congresso Nacional de Dificuldades de Ensino e Aprendizagem. 2017. Disponível em: http://delphosgsp.com/primus_vitam/primus_9/VaniaSousaElizeKeller.pdf Acesso em 28 de Março de 2024.
- BRASIL. Constituição (1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1o segmento / coordenação e texto final** (de) Vera Maria Masagão Ribeiro – São Paulo: Ação Educativa; Brasília, DF, 2001.
- BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BRZEZINSKI, I. **Fundamentos sociológicos, funções sociais e políticas da escola reflexiva e emancipadora: algumas aproximações**. In: ALARCÃO, I. (Org.). Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, p.65-82, 2001.
- BUENO, Melina Brandt. **Educação de Jovens e Adultos: formação continuada colaborativa entre professores da sala comum e da educação especial**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Brasília: UNICEF. 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)**, de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional. acesso em 21 de Março de 2024.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato20152018/2015/lei/L13146.htm>. > Acesso em 25 de Março de 2024.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da União], Poder Legislativo, 23 dez. 1996, p. 27833.

_____. & DI PIERRO, Maria Clara. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil**: Contribuições para uma avaliação da década da Educação para todos. São Paulo: Ação Educativa, 1999 (paper).

_____. **Resolução CNE/CEB 3/2010**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 2010, seção 1, p. 66.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20/12/1999. – **Regulamenta a Lei no 7853**, de 24 de outubro de 1989. Brasília: MEC, 1999.

_____. **Decreto nº 53.465**, de 21 de janeiro de 1964. Programa nacional de alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mwc.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 21 de Março de 2024.

DI PIERRO, M.C. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: A avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul. - set. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. acesso em 21 de Março de 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Editora: Paz & Terra. São Paulo/Rio de Janeiro - 24ª edição. 2018.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira/prefácio de Jacques Chonchol/ 5º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 150p.

FRIGOTTO, G. **A educação e a formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural**. In SILVA, L. H. (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, W. B. **EJA & Deficiência: estudo da oferta da modalidade EJA para estudantes com deficiência**. Disponível em:<<http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/windz.pdf>.> Acesso em: 06 out. 2023.

FERREIRA, Dayse Carvalho. **Educar Jovens e adultos é dar a essas pessoas uma nova perspectiva de vida, um novo ponto de partida**. 2008. Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-6.pdf>.> Acesso em: 06 out. 2003.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. K. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: vozes, 2004.

GALVÃO, A.M.; DI PIERRO, M. C. A construção social do preconceito contra o analfabetismo na história brasileira: **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 31-54 (Coleção Preconceito).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008;

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995. HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, mai./jun./jul./ago/. 2000. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>>. Acesso em 21 de Março de 2024.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, Jose E.(orgs.). Educação de jovens e adultos. 7ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freira, 2005.

HADDAD, S. Tendências atuais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: MEC-INEPSEF/UNESCO, Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, (ANAIS), Brasília, p. 86-108, 1994.

HALMANN, A.L. Comunicação e formação em mídias digitais: novas práticas sociais na formação de professores de ciências. **Rev. Estudo e Comunicação**, Curitiba, v. 8, n. 16, p. 165-171, maio/ago. 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Acesso em 20 de Março de 2024.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Docência Universitária**: um romance construído na reflexão dialógica. Natal, 2004.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

LIMA, Fabiana Oliveira; SILVA, Nilson Rogério. **A Educação de Jovens e Adultos e os Desafios de uma proposta de Educação Inclusiva**: Perfil do aluno. 2014. Vol. 23. Disponível em:<https://www.google.com/search?q=A+EDUCA%C3%87%C3%83O+DE+JOVENS+E+ADULTOS+E+OS+DESAFIOS+DE+UMA+PROPOSTA+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+INCLUSIVA%3A+PERFIL+DO+ALUNO&rlz=1C1PRFC_enBR791BR791&oq=A+EDUCA%C3%87%C3%83O+DE+JOVENS+E+ADULTOS+E+OS+DESAFIOS+DE+UMA+PROPOSTA+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+INCLUSIVA%3A+PERFIL+DO++ALUNO&aqs=chrome..69i57.1321j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso no dia 05 de Outubro de 2023.

LIMA, Ilda Elizabeth Acioly. **Educação Inclusiva de Jovens e Adultos Deficientes na Eja:** Uma Visão da Cultura de Inclusão. Conedu. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA10_ID9860_05092018224909.pdf>. Acesso no dia 06 de Outubro de 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. M. **O diário de bordo como ferramenta fenomenológica para o pesquisador em artes cênicas.** Revista Sala Preta, v. 1, nº 2, p. 260-263, 2002.

MAY, T. **Pesquisa social:** questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, PAIVA, Jane, E. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos.** III Série. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NÓVOA, A. **Formação de professores.** Lisboa: Porto Editora, 1996.

_____. Parecer CNE no 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

PEDINIELLI, J. -L.Fernández, L. 2015. **L’observation clinique.** In: J. -L. PEDINIELLI; L. Fernández, L’observation clinique et l’étude de cas. Paris, Armand Colin, p. 7-45.

PIANA, M.C.; CANÔAS, J. W. **Educação: direito social a ser efetivado.** Serviço Social e Realidade. Franca, SP, v. 16, n.1, p.201-18, 2007.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação escolar de adultos:** possibilidades de reconstrução de conhecimentos no desenvolvimento do trabalho pedagógico e suas implicações na formação de professores. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) USP.

PINHEIRO, Rosa Aparecida; PAIVA, Jane (Orgs.) **Da pesquisa em educação à pesquisa em EJA:** ações plurais, sentidos singulares. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

PPP - (Projeto Político Pedagógico) Escola Municipal Professora Maria Odila, Angicos/RN.

PPP - (Projeto Político Pedagógico) Escola Estadual José Rufino, Angicos/RN

PORLÁN, R; MARTÍN, J. **El diario del professor: un recurso para la investigación en el aula. Sevilla:** Díada, 1997.

RODRIGUEZ, Eglau cimara Oliveira. **A Inclusão da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais na Educação de Jovens e Adultos:** um desafio para educadores da atualidade. 57 fls. Monografia (Especialização em Educação de Jovens e Adultos) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SANTOS, M. L. L. (2003). **Educação de jovens e adultos:** marcas da violência na produção poética. Passo Fundo: UPF.

SANTOS, Eunice. Lopes. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor.** 2016. Vol 01. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/652961001/Os-desafios-da-escola-publica-paranaense-na-perspectiva-do-professor-PDE-2016-Vol-1>>.

Acesso no dia 05 de Outubro de 2023.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O Lúdico na formação do Educador.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TASSINARI, Ana Maria. **Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com deficiência intelectual.** 2019. 157 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 23/11/2019.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

SUJEITO: PROFESSORA

EIXOS TEMÁTICOS

EIXO 01 – DA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

- a). Como se deu necessariamente sua entrada na Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva?
- b). Que concepção você vem construindo acerca desta modalidade de ensino?
- c). Você já participou em algum momento da organização e planejamento do Projeto Político Pedagógico da Escola?
- d). Como foi pensada a Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva neste projeto pedagógico?
- e). Em caso negativo, você acredita ser relevante a sua participação e os demais professores desta modalidade de ensino na organização e planejamento desse projeto?
- f). Quais a faixa etária dos educandos e o nível escolar que você atende na EJA e Educação Inclusiva?
- h). Com que frequência vocês se reúnem para planejamento das atividades?
- i). Como observa os resultados? Positiva ou negativa? Por quê?
- J). O que causa maiores preocupações com o trabalho na EJA e na Educação Inclusiva em especial com educandos que apresentam alguma Necessidade Educacional Especial?
- k). O que você destaca como sendo um ato prazeroso nesta atividade pedagógica com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais?
- l). Quais as condições que a escola lhe oferece para o desenvolvimento de sua prática pedagógica com educandos com Necessidades Educacionais Especiais?

EIXO 02 – CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- a). Diante deste contexto escolar da EJA e Educação Inclusiva vivenciado ao longo de sua experiência, qual tem sido a concepção de currículo que norteia sua prática?
- b). Quanto aos conteúdos, como vem ocorrendo essa organização?
- c). Como você considera a questão dos saberes experienciais dos educandos no momento de organizar esse conteúdo?
- d). Em algum dado momento de sua prática docente, você já organizou os conteúdos de outra forma?

EIXO 03 – PRÁTICA PEDAGÓGICA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ÊNFASE EM EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

- a). Em sua prática pedagógica há dificuldades para a transmissão dos conteúdos planejamentos? Quais as principais dificuldades?
- b). Quais as metodologias utilizadas em sua prática pedagógica?
- c). Que referenciais teóricos você utiliza no trabalho pedagógico com educandos Necessidades Educacionais Especiais?
- d). Você integra os saberes dos educandos no momento de suas aulas?
- e). Em âmbito geral, os conteúdos, metodologias, e formas de avaliação utilizados por você nas aulas têm garantido uma significativa aprendizagem aos educandos da EJA com Necessidades Educacionais Especiais?
- f). Enquanto professora dessa modalidade de ensino, você acredita numa outra possibilidade de desenvolver sua prática pedagógica curricular? Como isso seria possível?

EIXO 04 – INTEGRAÇÃO DOS SABERES/FAZERES DOCENTES DA FORMAÇÃO E DA VIVÊNCIA NA EJA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- a). Você acredita existir uma relação intrínseca entre seus saberes/fazeres docente na EJA e Educação Inclusiva?
- b). Até que ponto sua formação inicial tem ajudado no desenvolvimento de sua prática pedagógica?
- c). Haveria necessidade de uma formação continuada para ampliar qualitativamente o seu fazer docente na EJA e Educação Inclusiva? Como ocorreria esse processo?

EIXO 05 – DA RELAÇÃO CONSTRUÍDA COM EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, ESCOLA E SUAS FAMÍLIAS

- a). Como se dá a convivência com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais e suas famílias?
- b). Quais os diálogos estabelecidos com as mães? Qual a frequência desses diálogos?
- c). Qual a rotina em sala de aula com educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais?
- d). Como você observa a relação dos educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais e suas mães?
- e). Que aspectos emocionais você menciona no comportamento dos educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais e quais as implicações desses aspectos no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas?
- f). Como é a relação da relação dos educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais com a escola e as atividades pedagógicas desenvolvidas?
- g). Na sua visão qual a importância do envolvimento da escola e da família para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas e emocional dos educandos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais?

ANEXO A

TERMO DE ADESÃO À PESQUISA Eu,
_____, RG nº _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____
como partícipe. Tive pleno conhecimento das informações que li, descrevendo o estudo citado. Discuti
com a professora _____, autora da pesquisa, sobre a minha decisão em
participar desse estudo, os procedimentos a serem realizados e seu desconfortos, as garantias de sigilo
e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas
relativas à construção da empiria. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e poderei
retirar o meu consentimento da participação, no estudo, não acarretará em penalidades ou prejuízos
pessoais. Compete-me apenas informar com antecedência, à coordenação, a minha decisão.

_____/RN _____ de _____ de 2024.

_____ Assinatura do(a)

colaborador(a) Presenciamos a solicitação de adesão, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite da
colaboradora em participar.

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____